



Universidades Lusíada

Silva, João Ricardo Martins da, 1987-

Convento de Cristo em Tomar : uma visão sobre as intervenções realizadas no século XX

<http://hdl.handle.net/11067/2779>

Metadata

Issue Date	2017-02-08
Abstract	A presente dissertação visa estudar as obras de conservação, restauro e reabilitação realizadas, no Convento de Cristo, durante o século XX. Pretende-se igualmente aferir se estas obras terão sido instigadas pela classificação deste histórico monumento, em 1983, pela UNESCO, como Património Mundial. Por último, procurou-se verificar se o Convento de Cristo pode funcionar como motor de desenvolvimento para a cidade de Tomar, se for pensado de forma multidisciplinar, se forem propostos os mecanis...
Keywords	Arquitectura - Conservação e restauro, Edifícios históricos - Conservação e restauro, Convento de Cristo (Tomar, Portugal)
Type	masterThesis
Peer Reviewed	No
Collections	[ULL-FAA] Dissertações

This page was automatically generated in 2023-06-18T16:43:14Z with information provided by the Repository



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado integrado em Arquitectura

**Convento de Cristo em Tomar: uma visão sobre
as intervenções realizadas no século XX**

Realizado por:

João Ricardo Martins da Silva

Orientado por:

Prof.^a Doutora Arqt.^a Maria de Fátima Lino Ferreira

Constituição do Júri:

Presidente: Prof. Doutor Arqt. Joaquim José Ferrão de Oliveira Braizinha
Orientadora: Prof.^a Doutora Arqt.^a Maria de Fátima Lino Ferreira
Arguente: Prof. Doutor Horácio Manuel Pereira Bonifácio

Dissertação aprovada em: 7 de Maio de 2014

Lisboa

2014



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitetura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

Convento de Cristo em Tomar: uma visão sobre as
intervenções realizadas no século XX

João Ricardo Martins da Silva

Lisboa

Março 2014

João Ricardo Martins da Silva

Convento de Cristo em Tomar: uma visão sobre as intervenções realizadas no século XX

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura.

Orientadora: Prof.^a Doutora Arqt.^a Maria de Fátima Lino Ferreira Fragoso

Lisboa

Março 2014

Ficha Técnica

Autor(a) João Ricardo Martins da Silva
Orientador(a) Prof.^a Doutora Arqt.^a Maria de Fátima Lino Ferreira Fragoso
Título Convento de Cristo em Tomar: uma visão sobre as intervenções realizadas no século XX
Local Lisboa
Ano 2014

Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

SILVA, João Ricardo Martins da, 1987-

Convento de Cristo em Tomar : uma visão sobre as intervenções realizadas no século XX / João Ricardo Martins da Silva ; orientado por Maria de Fátima Lino Ferreira Fragoso. - Lisboa : [s.n.], 2014. - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

I - FRAGOSO, Maria de Fátima Lino Ferreira, 1967-

LCSH

1. Arquitectura - Conservação e restauro
2. Edifícios históricos - Conservação e restauro
3. Convento de Cristo (Tomar, Portugal)
4. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Teses
5. Teses – Portugal - Lisboa

1. Architecture - Conservation and restoration
2. Historic buildings - Conservation and restoration
3. Convento de Cristo (Tomar, Portugal)
4. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Dissertations
5. Dissertations, Academic – Portugal - Lisbon

LCC

1. NA105.S55 2014

AGRADECIMENTOS

Embora um trabalho deste carácter seja, pela sua finalidade académica, um trabalho individual, há contributos que não podem e nem devem deixar de ser realçados. Por essa razão, desejo expressar os meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que ao longo deste meu percurso académico, contribuíram para que esta meta se tornasse realidade.

À Professora Doutora Arquiteta Fátima Lino, minha orientadora, agradeço o acompanhamento do trabalho e a disponibilidade prestada ao longo do mesmo.

À Arqueóloga Maria Antónia Amaral pelo inestimável apoio, disponibilidade e informações prestadas que em muito contribuíram para a execução deste trabalho.

Ao Arquitecto José Canas pela ajuda e pelos valiosos conhecimentos e esclarecimentos bem como pela disponibilidade para me acompanhar na realização de uma visita ao Convento de Cristo em Tomar.

Aos meus amigos que sempre estiveram presentes, agradeço a amizade e o carinho que sempre disponibilizaram.

Aos meus familiares, em especial aos meus pais, por terem sido o contínuo apoio em todos estes anos, ensinando-me, principalmente a importância da construção e coerência dos meus próprios valores e essencialmente ensinando-me a lutar por todos os sonhos.

As minhas indispensáveis ajudas, que tornaram tudo mais simples, apoiando-me durante todo o percurso académico, compreendendo-me e apoiando-me para que eu conquistasse algo especial.

Um especial agradecimento a Ana Dias pelo incansável e determinado apoio.

Nada acontece por acaso e os “impossíveis” transformam-se em possíveis...

A todos, um muito obrigado.

“Procurar manter vivo o património, nas suas múltiplas valências, é a principal tarefa da sociedade moderna, em matéria de conservação do património construído”

Álvaro José Barbosa, “Habitar o património: o caso do Convento de Cristo”, *Máthesis* 18, 2009, 177-193.

APRESENTAÇÃO

Convento de Cristo em Tomar: uma visão sobre as intervenções realizadas no século XX

João Ricardo Martins da Silva

A presente dissertação visa estudar as obras de conservação, restauro e reabilitação realizadas, no Convento de Cristo, durante o século XX. Pretende-se igualmente aferir se estas obras terão sido instigadas pela classificação deste histórico monumento, em 1983, pela UNESCO, como Património Mundial.

Por último, procurou-se verificar se o Convento de Cristo pode funcionar como motor de desenvolvimento para a cidade de Tomar, se for pensado de forma multidisciplinar, se forem propostos os mecanismos corretos de conservação, renovação e reabilitação.

Palavras-chave: Conservação, Restauro, Reabilitação, Convento de Cristo, Tomar.

PRESENTATION

Convent of Christ in Tomar: insight into 20th century interventions

João Ricardo Martins da Silva

This thesis aims to study the works of conservation, restoration and rehabilitation carried out at the Convent of Christ, during the twentieth century. It also aims to assess whether these works have been instigated by the classification of this historic monument in 1983 by UNESCO as World Heritage.

Finally, we sought to determine whether the Convent of Christ can function as a development engine for the city of Tomar, if thought in a multidisciplinary way, if the correct mechanisms of preservation, renovation and rehabilitation are proposed.

Keywords: Conservation, Restoration, Rehabilitation, Convent of Christ, Tomar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Sigla da UNESCO	19
Ilustração 2 – Localização da cidade de Tomar (JR, 2011)	31
Ilustração 3 - Vista do Castelo de Tomar (Ilustração nossa, 2013).....	33
Ilustração 4 - Marco de D. Gualdim Pais (Ilustração nossa, 2013)	34
Ilustração 5 – Recintos do castelo (Machado, 1955)	35
Ilustração 6 – Charola Templária (IGESPAR, 2000).....	36
Ilustração 7 - Planta original da igreja (charola), antes da amplexão (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	36
Ilustração 8 – Símbolo da Ordem dos Cavaleiros de Cristo.....	37
Ilustração 9 – Claustro da Lavagem (Ilustração nossa, 2013)	38
Ilustração 10 – Claustro do Cemitério (Ilustração nossa, 2013).....	38
Ilustração 11 - Claustro da lavagem ainda em reconstrução (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	39
Ilustração 12 – Planta da Igreja Conventual (Pereira, 2009, p.58).....	40
Ilustração 13 – Janela do Capítulo (Ilustração nossa 2013)	41
Ilustração 14 – Claustro Principal (Ilustração nossa, 2013)	42
Ilustração 15 – Claustro da Hospedaria (Ilustração nossa, 2013).....	43
Ilustração 16 – Claustro de Santa Bárbara (Ilustração nossa, 2013).....	43
Ilustração 17 – Claustro dos Corvos (Ilustração nossa, 2013).....	44
Ilustração 18 – Claustro da Micha (Ilustração nossa, 2013)	44
Ilustração 19 – Planto do Primeiro Piso (Pereira, 2009, p.8)	45
Ilustração 20 – Planto do Segundo Piso (Pereira, 2009, p.9)	46
Ilustração 21 – Planto do Terceiro Piso (Pereira, 2009, p.9).....	46
Ilustração 22 - Vista do aqueduto (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	47
Ilustração 23 - Planta da Enfermaria, piso térreo (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	48
Ilustração 24 - Planta da Enfermaria, Piso superior (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	48
Ilustração 26 - Alçado Poente (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação) .	49
Ilustração 25 - Alçado Norte (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)....	49

Ilustração 27 - Alçado Nascente (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	49
Ilustração 28 – Queda parcial do pilar do aqueduto (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	53
Ilustração 29 - Degradação de pavimentos e colunas da Charola (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	54
Ilustração 30 - Porta de acesso ao piso inferior do Claustro da Lavagem (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	54
Ilustração 31 - Claustro da Lavagem sem cobertura (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	55
Ilustração 32 - Falta de cobertura na zona do Claustro da Hospedaria (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	55
Ilustração 33 - Piso inferior do hospital militar (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	56
Ilustração 34 - Objetos diversos do Convento (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	56
Ilustração 35 - Escadas no Claustro D. João III (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	57
Ilustração 36 - Sala do Capítulo (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	57
Ilustração 37 - Recuperação do aqueduto (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	60
Ilustração 38 - Recuperação do Claustro da Lavagem (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	61
Ilustração 39 - Recuperação do Claustro da Lavagem (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	61
Ilustração 40 - Recuperação do Claustro do Cemitério (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	62
Ilustração 41 - Recuperação da fachada exterior da Charola (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	62
Ilustração 42 - Recuperação do Claustro do Cemitério (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	63

Ilustração 43 - Recuperação do Claustro do Cemitério (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	63
Ilustração 44 - Planta de localização da proposta de pousada (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	66
Ilustração 45 - Planta de recuperação de envolvente (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)	74

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

- CMT - Câmara Municipal de Tomar
- DGEMN - Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
- DGPC - Direção Geral do Património Cultural
- ICOM - Conselho Internacional de Museus
- ICCROM - Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais
- ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
- IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
- IPPC - Instituto Português do Património Cultural
- IPPAR - Instituto Português do Património Arquitetónico
- INE - Instituto Nacional de Estatística

SUMÁRIO

1. Introdução	13
2. Objetivos da Dissertação.....	15
3. Património	17
3.1. A evolução do conceito	17
3.2. A UNESCO e as cartas, convenções e recomendação para proteção do património.....	19
3.3. A importância de preservar o património	25
3.4. Conservação, Restauro e Reabilitação do património	27
4. O Convento de Cristo.....	31
4.1. Localização geográfica.....	31
4.2. Contextualização histórica.....	33
4.3. Evolução arquitetónica do convento de cristo.....	41
4.4. O início da decadência e a perda da conservação	51
5. Preservação e Reabilitação do Convento de Cristo.....	59
5.1. As primeiras obras de preservação realizadas no século XX	59
5.2. O projeto de conservação do IPPC como meio de reabilitação do Convento de Cristo	65
5.3. As obras de preservação após o projeto de conservação do IPPC	69
5.4. Preservação e reabilitação do Convento de Cristo como fator de desenvolvimento da cidade de tomar.....	75
6. Considerações finais	77
7. Referências.....	81
8. Bibliografia	83

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Tomar tem sido, ao longo dos anos, objeto de longos e numerosos estudos, essencialmente por dois motivos: por se situar na área da romana *Sellium*¹, com a qual por vezes é identificada; e por ter sido a sede da Ordem dos Templários e depois da Ordem de Cristo, as quais ali construíram valiosas obras de arte.

No alto do monte, onde foi fundada a cidade e construído um castelo, foi instalado um convento, que serviu até ao princípio do século XIX de sede destas ordens religiosas e militares, que se sucederam uma à outra.

Fundado em 1162, o Convento de Cristo ainda conserva recordações dessas ordens religiosas e militares.

A ocupação por diversas entidades nos espaços do Convento e nas suas zonas adjacentes levaram a diversas alterações que foram sendo feitas ao longo dos séculos por estes e que conduziram ao abandono e respetiva degradação do património. O Convento de Cristo passou por uma opulenta, a qual foi procedida por uma fase de decadência e abandono.

Porém, quando se percorrem os 4800 m² de construção edificada que compõem este histórico monumento, classificado em 1983, pela UNESCO, como Património Mundial, observam-se claros sinais de degradação que, ao longo dos últimos anos, o IPAR tem procurado colmatar.

Ainda hoje, o conjunto do Convento de Cristo é um monumento que carece de modernização, valorização e de conservação de forma a solucionar os problemas com que se depara, evitando restauros maiores, mantendo uma manutenção regular.

Sabe-se que, nas últimas décadas têm sido grandes as preocupações com o futuro do património edificado como é o caso do Convento de Cristo. Com isto, têm sido feitas obras de conservação e restauro como meio de manter e melhorar as suas condições.

¹ Tomar foi uma cidade com alguma importância no tempo dos Romanos (século I ao século V), mas nessa época chamava-se *Sellium*.

2. OBJETIVOS DA DISSERTAÇÃO

Na presente dissertação procura-se estudar e interpretar a realidade deste monumento, respondendo às seguintes questões: o que é o Convento de Cristo hoje quando comparado com as suas origens? Como é que as obras de conservação, restauro e reabilitação contribuíram para a preservação do Convento de Cristo? Pode o Convento de Cristo funcionar como um excelente motor de desenvolvimento para a cidade de Tomar, se for preservado?

Sendo considerado o Convento de Cristo, tanto a nível monumental, como a nível histórico, um *ex-libris* a nível nacional, desenvolve-se nesta dissertação o conceito de Património² bem como a importância de preservação deste, as cartas patrimoniais que visam estabelecer normas de preservação, o contexto histórico-cultural, a sua orientação espacial, a sua evolução arquitetónica ao longo dos séculos, as intervenções de conservação e restauro realizadas nos diversos espaços do conjunto monumental, bem como a adaptabilidade destes a novas funções ao longo dos séculos e atualmente. Neste documento, referem-se as obras mais significativas do séc. XIX e XX.

Como disse a Doutora Maria da Conceição Pires Coelho, Professora da Faculdade de Arquitetura de Lisboa, Tomar possui um tesouro tão grande que nunca será demais estudá-lo, em alusão ao Convento de Cristo, objeto da sua tese de Doutoramento. Assim surgiu a escolha deste monumento, com a preocupação de compreender a articulação entre a história e a cidade que o acolhe: Tomar.

Para o desenvolvimento deste trabalho, realizou-se uma análise bibliográfica sobre os procedimentos recomendados nas cartas patrimoniais que estabelecem normas, procedimentos e definem conceitos para a conservação e restauro do património. Deste modo procurou se perceber como foram aplicados estes às intervenções realizadas e por sua vez, à conservação e preservação do Convento de Cristo.

² Conceito de Património, referenciado no Capítulo 3.

3. PATRIMÓNIO

Neste capítulo aborda-se a evolução do conceito de património, assim como as políticas e os processos utilizados com o intuito de preservar o património. De igual forma, explica-se a importância de preservar o património e como é que os termos conservação, restauro e reabilitação são de utilização comum quando se fala de preservação de património.

3.1. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO

Património, do latim *patrimonium* ou *peculium*, significa bens da família, herança, posses, haveres (Gonçalves, 2013, p.77).

O conceito, que decorre como modo de reportar a uma herança, um legado que era recebido dos antepassados e que deveria ser transmitido às gerações futuras, comporta duas grandes divisões: o Património Natural e o Património Cultural.

No primeiro, inclui-se o que foi formado pela natureza, desde a origem do planeta; no segundo, as marcas e criação do Homem, sendo atualmente um conceito amplo, em contaste mutação, que alberga o material (de como é exemplo o Convento de Cristo) e o imaterial (de como é exemplo o fado, recentemente considerado Património Imaterial da Humanidade), e dentro destes dois, objetos, tradições e contextos.

O património não é só, porém, o conjunto de objetos, tradições e contextos herdados, mas o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro. Existe, portanto, uma escolha subjacente à vontade de legar o património a gerações futuras, o que torna o conceito numa construção social. Essa construção social surge sempre associada a uma noção de valor, singularidade ou pertença que nós, seres humanos, atribuímos ao legado material do passado, como refere Françoise Choay no livro “A alegoria do Património” (Choay, 1992).

O conceito de património é, por isso, relativo, na medida em que varia com o grupo de seres humanos que atribui valor, singularidade ou pertença. Tendo em atenção o saber que esses mesmos seres humanos adquirem ao longo dos tempos, decorrente da tomada de consciência de conhecimento, o conceito de património vai-

se tornando cada vez mais complexo, amplo, podendo inclusive, no futuro, ser motivo de redefinição face aos domínios de saber a que o Homem um dia chegará.

Todas estas considerações são, no entanto, contemporâneas. Quando se recua no tempo, até 1830, verifica-se que o conceito de património era percecionado como os “restos da antiguidade”, encontrando-se dividido em três distintas tipologias: castelos, edifícios da Idade Média e catedrais do tempo Gótico.

De certa forma, considera-se que o sentido atual do conceito terá surgido na sequência da revolução francesa. Na altura da revolução, alguns políticos sentiram a necessidade de salvaguardar o património artístico e monumental das suas nações, dada a destruição e pilhagem de bens das igrejas e obras monárquicas.

No século XIX, o termo património cai em desuso, falando-se sobretudo em monumentos históricos e monumentos nacionais, e acentuando-se a nacionalização dos mais singulares testemunhos monumentais, artísticos e culturais das nações (Almeida, 1993).

Precise-se que na transposição do século XIX para o XX, a tendência dos Estados era a de nacionalizar os mais singulares testemunhos monumentais, artísticos e culturais (Almeida, 1993) e que é também “a partir desta época que datam a maior parte das legislações de proteção dos monumentos na Europa” (Alho e Cabrita, 1988).

Só alguns anos mais tarde, quando rebentam as duas guerras mundiais, aparecem os primeiros esforços conscientes e coletivos sobre a proteção de bens patrimoniais, assumindo-se de capital importância as cartas, as convenções e recomendações internacionais sobre o património.

Um pouco por todo Mundo, nas últimas décadas, diversas têm sido as políticas e os processos utilizados com o intuito de preservar o património, culminando na maioria dos casos como um processo de classificação como património ou monumento de interesse nacional/regional/local ou mesmos, em alguns casos, como património mundial.

Esta classificação encontra-se a cargo da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, também conhecida por UNESCO.

3.2. A UNESCO E AS CARTAS, CONVENÇÕES E RECOMENDAÇÃO PARA PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO

A UNESCO surge à cabeça de um grupo de instituições, como o Conselho da Europa, o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS – *International Council of Monuments and Sites*), o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM – *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*), o Conselho Internacional de Museus (ICOM – *International Council of Museums*), entre outras (Almeida, 2005, p.13).

Não procurando menosprezar outras instituições, a presente dissertação dedica especial atenção à UNESCO (Sigla na Ilustração 1), não só pela sua abrangência das áreas de atuação, ou pelos documentos percussores na proteção do património, mas fundamentalmente pelo prestígio inerente à inscrição de bens na Lista de Património Mundial (vulgarmente apelidados de “Património da Humanidade”), onde se enquadra o Convento de Cristo (objeto de estudo da presente dissertação).



Ilustração 1 - Sigla da UNESCO

A UNESCO é a única agência especializada da ONU (Organização das Nações Unidas) que prece a criação de Comissões Nacionais nos Estados-Membros.

Atualmente existem Comissões Nacionais em 189 Estados, tendo a Portuguesa sido criada em 1979 e iniciada a sua fase de instalação em 1981 (Almeida, 2005, p.14).

As suas áreas de atuação passam por um conjunto de comités e programas especializados, nomeadamente: educação, ciência (ciências naturais e ciências sociais), cultura e comunicação.

A atuação desta entidade reveste-se de formação de ação variadas, como a elaboração de documentos de referência relativos ao património. Destes documentos, destacam-se as cartas, as convenções, e as resoluções e recomendações.

No ano de 1931, ocorre em Atenas a primeira “Conferência internacional para a conservação dos monumentos históricos”, que reúne apenas países europeus (Choay, 1999). É neste momento que surge pela primeira vez a ideia de um património internacional, estipulando-se as bases de uma solidariedade internacional nos planos jurídico e científico (Alho e Cabrita, 1988). Embora tenham sido discutidas questões referentes aos espaços contíguos aos monumentos, acaba por resultar predominantemente o critério de monumentalidade, limitando o domínio patrimonial aos edifícios individuais.

Decorridos dois anos, em 1933, realizou-se na mesma cidade o “Congresso Internacional de Arquitetura Moderna” donde surgiu a Carta de Urbanismo, mais vulgarmente conhecida como Carta de Atenas. Deste documento ressalta a preocupação com a salvaguarda dos valores arquiteturais que são a expressão de uma cultura e que correspondem a um interesse geral. Foi considerado que o uso de estilos do passado como pretexto de preocupações estéticas, tem consequências desastrosas nas novas construções em zonas históricas, sendo que a continuação desses hábitos, ou a introdução dessas iniciativas, não deverá por nenhum motivo ser tolerada (Almeida, 2005, p.15). Esta carta é um manifesto que faz referência a Arquitetura e ao Urbanismo, transcritos em seis parágrafos de síntese, referidos no livro *Cartas e Convenções Internacionais sobre o património Arquitetónico Europeu*:

“Os valores arquiteturais devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos); Deverão ser salvaguardados se são a expressão de uma cultura e se eles respondem a um interesse geral; Se a sua conservação não tem como consequência o sacrifício das populações mantidas em condições insalubres; Se for possível remediar a sua presença prejudicial por medidas radicais; por exemplo, o desvio de elementos vitais de circulação; e

mesmo a deslocação de centros considerados até hoje como imutáveis; A destruição dos casebres á volta dos monumentos históricos fornecerá a oportunidade de criar espaços verdes; O emprego de estilo passado, sob o pretexto da estética nas construções novas erguidas nas zonas históricas, tem consequências nefastas. A manutenção de tais práticas ou a introdução de tais iniciativas não será tolerada sob nenhuma forma”.

Sob a égide da UNESCO, ocorre em 1954 na cidade de Haia a “Convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado”, numa época de pós-Guerra em que a Europa se levantava das ruínas. O documento preconiza o recenseamento de bens patrimoniais de valor inquestionável, obrigando os Estados signatários a respeitarem a sua preservação, interditando a exposição de bens patrimoniais aos efeitos destrutivos das guerras e ao mesmo tempo, procurando prevenir o roubo e a exportação de bens culturais como despojos de guerra (Almeida, 2005, p.15).

Em 1964 decorre em Veneza a segunda “Conferência internacional para a conservação dos monumentos históricos”. Os conjuntos construídos e o tecido urbano nomeadamente as cidades, os bairros, os centros históricos, passam a construir parte integrante do património, e não apenas os edifícios individuais com valor monumental. “Os monumentos históricos individualizados surgem na *Carta de Veneza* como sendo apenas parte de uma herança em crescimento por via da anexação de novos tipos de bens,” (Peixoto, 2000). Os princípios da Carta podem resumir-se em cinco pontos (Pinheiro, 2001, p.11):

“1- Conceito de Monumento Histórico – O conceito de monumento histórico é consideravelmente alargado, tanto no que diz respeito ao edifício isolado como aos conjuntos”;

“2- Conservação – Um monumento deve ser utilizada a fim de assegurar a sua conservação, mas sem alteração. As suas envolventes devem ser protegidas. O monumento não deve ser desmontado nem privado das suas decorações (salvo caso extremo) ”;

“3- Restauro – O restauro não deve ser empreendido sem ser por necessidade. Não se deve reconstruir, mas respeitar a estrutura e a autenticidade dos materiais. Todo o elemento novo deve ser reconhecível. Quanto as técnicas tradicionais sejam inadequadas, pode-se recorrer às técnicas modernas aprovadas. Nenhuma falsificação pode ser tolerada para substituir as partes em falta”;

“4- Arqueologia – As escavações não devem ser efetuadas sem ser por profissionais. O arranjo dos sítios arqueológicos não deve alterar o monumento para facilitar a sua compreensão”;

“5- Documentação e publicação – Toda a intervenção deve ser acompanhada de documentação fornecida e depositada nos arquivos públicos.”

No ano de 1972, realiza-se, em Paris, a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural Mundial. A convenção estabelece um instrumento que reconhece e protege o património cultural e natural de reconhecido valor universal (Rossler, 2000), possuindo um carácter inovador, uma vez que reúne as noções de cultura e de natureza, até então situadas em campos opostos. Tem ainda por objetivo proteger os bens patrimoniais dotados de um valor universal excecional não estando, contudo, centrado na comemoração de um monumento particular perante a humanidade, mas na grande responsabilidade de fazer chegar esse legado às gerações vindouras (Coelho, 1997).

A convenção surge da tomada de consciência a nível mundial de que havia bens inestimáveis e insubstituíveis não só de cada nação mas de toda a humanidade e que a sua perda por degradação ou desaparecimento constituía um empobrecimento de toda a humanidade (Andresen, 1999).

No texto da convenção ficou também criado o Comité do Património Mundial, que gere a convenção, e o Fundo do Património Mundial. Contudo, seria somente no ano de 1979, que o elemento mais visível da filosofia subjacente à convenção, a Lista do Património Mundial (LPM), veria a luz do dia, tendo sido efetuadas nessa data as primeiras inscrições de bens.

A Lista contava, em Dezembro de 2005, com 812 bens inscritos em 137 Estados-parte da Convenção, sendo 628 bens culturais, 160 bens naturais e 24 bens mistos.

Portugal depositou o instrumento de ratificação da Convenção em 1980.

Em 1992, foi criado o Centro do Património Mundial, um organismo autónomo do Secretariado da UNESCO encarregado de gerir administrativamente todas as questões relacionadas com a Convenção do Património Mundial.

Devido a uma multiplicidade de fatores o número de candidaturas de bens culturais e naturais à Lista do Património Mundial (LPM) tem crescido desmesuradamente, tendo sido adotada recentemente uma estratégia global que visa atingir um equilíbrio, entre o número de bens culturais inscritos na lista e, simultaneamente, uma equilibrada representação geográfica. Neste contexto, é também importante referir que no caso de um Estado não possuir os meios necessários para a manutenção e salvaguarda de um bem inscrito na lista, este pode solicitar a sua inclusão na Lista do Património Mundial em Perigo, com o objetivo de lhe ser fornecida assistência internacional para a sua manutenção e salvaguarda.

Em Portugal já encontra um número relativamente elevado de bens inscritos na Lista do Património Mundial o que sugere uma óbvia preocupação no âmbito da salvaguarda do património e valorização do passado, na medida em que a UNESCO, a fim de preservar a integridade dos bens, exige a cada Estado, como parte interessada, o fornecimento de provas de mecanismos administrativos e a sua acessibilidade ao público. Assim, e se um país não protege os locais inscritos, corre o risco de que esses bens sejam retirados da LPM.

Até à data são treze os bens portugueses inscritos na LPM, estando doze inscritos como bens culturais e um como bem natural (a Floresta Laurissilva da Madeira).

Na

Tabela 1 encontram-se descritos os bens portugueses inscritos, assim como a sua data de inclusão na LPM.

Descrição	Data
Centro histórico de Angra do Heroísmo	1983
Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém	1983
Mosteiro de Santa Maria da Vitória	1983
Convento de Cristo	1983
Centro histórico de Évora	1986
Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça	1989
Paisagem cultural de Sintra	1995
Centro histórico do Porto	1996
Sítios de arte rupestre do Vale do Côa	1998
Floresta Laurissilva da Madeira	1999
Centro histórico de Guimarães	2001
Alto Douro Vinhateiro	2001
Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico	2004

Tabela 1 – Bens portuguesas inscritos na Lista do Património Mundial (UNESCO, 2013)

Concretamente, na medida em que o património cultural e natural de reconhecido valor universal excecional, isto é, aquele que é inscrito na LPM, adquire capital importância na preservação do mesmo, e no seu aproveitamento para a formação de novas atividades económicas, nomeadamente no contexto da indústria turística e na promoção da imagem da cidade, região ou país.

É então importante notar que as Cartas Patrimoniais resultam de um encontro técnico- científico da área, o que lhes confere autoridade para referenciar conteúdos na preservação. A partir de então e com a elaboração destas cartas, consolidou-se a noção de que para preservar é necessário antes, conscientizar a população para o que é o bem cultural e o ambiente á volta (físico/humano) protegendo-o contra intempéries e ações de degradação. Assim, desta forma, constituem-se as Cartas Patrimoniais como documentação imprescindível para profissionais, instituições e interessados da área de preservação patrimonial.

3.3. A IMPORTÂNCIA DE PRESERVAR O PATRIMÓNIO

A conservação do património seja ele cultural ou natural é essencial para a preservação da identidade dos lugares, das regiões e do próprio país.

O património é a herança do passado, com que se vive hoje, e que se passa às gerações vindouras, pelo deve ser considerado de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo.

A proteção destes bens deve ser feita para que cheguem devidamente preservados às novas gerações, e que possam ser: (1) objeto de estudo; (2) fonte de experiências emocionais para todos aqueles que os visitem ou deles usufruam e (3) gerador de desenvolvimento sustentável para uma determinada cidade, região ou país.

Porém, nem todo o património pode ser salvaguardado, nem possuir a capacidade de ser criador de desenvolvimento.

Independentemente de classificações ou dos critérios definidos em lei ou convenções internacionais, para que o património se possa converter em recurso para o desenvolvimento, terá de intrinsecamente possuir quatro valores: o científico, o estético, o cultural e o económico.

A circunstância de possuir estes valores pode definir uma oportunidade para a valorização desse património que, obrigatoriamente deverá ser preservado e conservado continuamente.

3.4. CONSERVAÇÃO, RESTAURO E REABILITAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Os termos conservação, restauro e reabilitação são de utilização comum quando se fala de preservação de património. Contudo cada um deles pode ser considerado como englobando um conjunto mais detalhado de conceitos que também significam ações de intervenção. A categorização e hierarquização dos conceitos varia de autor para autor.

Segundo Henriques, o termo conservação deve ser utilizado para designar todo o tipo de ações que se destinam a prolongar o tempo de vida de um qualquer edifício histórico construído. É considerado como um termo com um significado amplo que pode incluir vários conceitos como: manutenção, reparação, restauro, reabilitação e reconstrução.

Estes conceitos definem uma hierarquia em que as ações concretas sobre o edificado se vão assumindo como mais intrusivas. Assim a manutenção é entendida como o conjunto de ações de carácter preventivo destinadas a manter o bom funcionamento; reparação é o conjunto de ações destinadas a corrigir e eliminar eventuais anomalias; restauro é o conjunto de ações que visa o restabelecimento de uma unidade da edificação; a reabilitação é o conjunto de ações que visa aumentar os níveis de qualidade de um edifício de modo a que ele se adapte a padrões mais elevados; e reconstrução corresponde ao ato de reconstruir de novo uma edificação ou parte dela.

Em Portugal, a conservação do património construído e a reabilitação registaram um grande desenvolvimento ao longo das últimas décadas sobretudo desde 1986, ano que o país integrou a Comunidade Europeia (Vieira, 2012).

Lentamente se foi construindo uma cultura de valorização patrimonial na sociedade portuguesa que teve como resultados práticos: a participação do país em reuniões internacionais através das quais se tornou membro signatário das mais importantes convenções e cartas de salvaguarda e conservação em diversos domínios específicos; a criação de organismos da tutela exclusivamente dedicados à missão de conservar o património cultural (IPPAR, entre outros); a elevação de vários centros históricos à categoria de Património da Humanidade bem como de conjuntos e sítios

arqueológicos; o alargamento do conceito de património (material/imaterial, mas ainda não traduzido nas tipologias de classificação); a expansão do sector da formação superior e profissional nos domínios da conservação, do restauro e da reabilitação; a criação de associações profissionais destinadas a consolidar práticas e deontologias (Vieira 2012).

Paralelamente procurou-se que a legislação fosse acompanhando esta evolução do sector cultural, inicialmente com a Lei de Bases do Património Cultural nº13/85, nunca regulamentada e posteriormente revogada pela Lei nº107/2001, que viria a ser reforçada pela publicação do Decreto-Lei nº 309/2009, com o qual o Estado português assumiu com clareza a tarefa de proteção do património arquitetónico, através do IGESPAR, estabelecendo-se o regime de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, o regime das zonas de proteção e planos de pormenor de salvaguarda. Já mais recentemente, o crescimento do mercado da conservação e restauro e do número de intervenções nesta área, viria a justificar a publicação do Decreto-Lei nº 140/2009, que veio instituir o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções em património classificado, ou em vias de classificação de interesse nacional, público ou municipal (Vieira 2012).

No final da década de noventa surge, porém, um conjunto de intervenções de conservação do património arquitetónico assentes em princípios e métodos inovadores, fruto das preocupações de um escol de profissionais que pretenderam, desse modo, lançar as bases de uma nova filosofia de atuação.

Inaugurava-se, deste modo, um novo modelo de intervenção assente numa rigorosa investigação científica que se destinava a apoiar a fase preliminar do diagnóstico de anomalias, a caracterização de materiais, a preparação das intervenções e estimativa de custos/prazos, bem como a ulterior fase de restauro propriamente dita. A nova metodologia (já em curso noutros países europeus), valorizava todo o processo e não apenas o resultado final, e serviu de modelo a outros trabalhos de conservação implementados também em monumentos classificados, tais como as Sés de Évora e Porto, a Porta Especiosa da Sé Velha de Coimbra, entre outros, tendo contribuído para modificar as práticas profissionais tanto ao nível da elaboração dos cadernos de encargos (por parte do IPPAR) que se tornaram mais exigentes, como ao nível do sector empresarial da conservação que, paulatinamente, começou a sentir a necessidade de especialização e qualificação (Vieira 2012).

Nesta conjuntura favorável à consolidação de boas práticas na área da conservação do património assimilava-se lentamente os princípios éticos e técnicos da carta de Cracóvia (2000), que integrando todos os princípios da carta de Veneza (1964), visava diretamente a conservação e restauro do património construído (Vieira 2012).

A carta de Cracóvia para além de alargar o conceito de património, ao realçar a importância dos patrimónios: arquitetónico, urbano e paisagístico como expressões materiais associadas à história e a contextos socioculturais concretos que lhe são inerentes, clarifica que a sua conservação pode ser efetuada à luz de vários tipos de operações: de controlo ambiental, manutenção, reparação, renovação e reabilitação, definindo os níveis de intervenção para cada uma delas (Vieira 2012).

Em consequência deste fenómeno de assimilação de boas práticas, surgiu a necessidade de proteção patrimonial, no sentido de restabelecer o equilíbrio entretanto quebrado entre o elemento construído e o elemento natural. Porém, ainda que o processo de transformação sociocultural tenha sido acompanhado pela evolução dos conceitos e abordagens, persistem ainda em execução métodos e técnicas pouco científicos, cuja aplicação se revela frequentemente danosa para a preservação do património. Esta situação deve-se sobretudo à lentidão na adaptação de novas práticas e modelos de intervenção, travados frequentemente pela inexistência de meios financeiros e humanos que garantam a preservação e manutenção do património comum.

Por este meio, e tendo em consideração a morosidade da ação humana face à produção intelectual de novos conceitos e abordagens, parece claro que o património poderá ser efetivamente preservado se verificada uma evolução na participação das comunidades (Dias, 2008).

Somente a consciencialização coletiva do valor intrínseco do património comum poderá constituir uma garantia para a manutenção do elemento patrimonial, tendo em consideração a sua importância cultural no seio de uma determinada comunidade.

4. O CONVENTO DE CRISTO

Este capítulo visa situar o Convento de Cristo, enquanto bem inscrito na LPM, na geografia nacional e na História. De igual forma, pretende-se facultar uma perspetiva da evolução arquitetónica do monumento, no tempo e História, assinalando o início da perda de conservação, que veio provocar danos gravosos no castelo templário, sobretudo no início da década de oitenta, quando o conjunto monumental estava a ser objeto de *dossier* de candidatura a Património da Humanidade.

4.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O Convento de Cristo encontra-se implementado no alto de uma elevação sobranceira à planície onde se estende a cidade de Tomar, a Norte do distrito de Santarém.

A região de Tomar é caracterizada pela diversidade da paisagem de colinas do vale do Nabão: a nascente, de relevo suave, por vezes com a fisionomia da planície; a norte/poente de relevo acentuado e com fraca extensão orográfica, o que dá à paisagem a expressão de agrupamentos de morros, alguns com cabeços proeminentes (Barbosa, 2009, p.180).



Ilustração 2 – Localização da cidade de Tomar (JR, 2011)

4.2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Foi num dos cabeços supra-referidos, junto ao rio, que os Templários escolheram a elevação sobre a qual fundaram, em 1160, a vila fortificada de Tomar e a sua casa militar provincial. O conjunto de cabeços forma uma paisagem particular, composta por um conjunto de sete montes que evoluem circularmente de norte para sul, em forma de arco de ferradura que abriga no seu seio um fresco vale (Barbosa, 2009, p.180). A escolha do lugar é inspirada na cidade de Jerusalém, onde nasceu a Ordem dos Templários, Esta escolha evidencia uma clara situação de defesa estratégica, para a implantação da fortificação.



Ilustração 3 - Vista do Castelo de Tomar (Ilustração nossa, 2013)

O Castelo foi fundado por Dom Gualdim Pais, Mestre provincial da Ordem do Templo em Portugal, e dentro das suas muralhas viveram as primeiras gentes de Tomar: os freires cavaleiros e os habitantes da vila. “ *E que povoando-se de que veio o Mestre D. Gualdim Pais e fez o Castelo; e depois deu foro aos povoadores.*”³.



Ilustração 4 - Marco de D. Gualdim Pais (Ilustração nossa, 2013)

³ De um depoimento do inquérito mandado fazer por D. Diniz em 1317 aos lugares da recém extinta Ordem do Templo.

Dentro da cintura de muralhas que rodeava o cabeço, cada comunidade tinha o seu próprio espaço. Este espaço resultava da divisão da área do castelo em três recintos distintos, como evidenciada na Ilustração 5: no mais vasto, ocupando a pendente sul do cabeço murado, foi estabelecida a primitiva vila de Tomar; o recinto do meio instituía-se na arquitetura do lugar como o terreiro do castelo; o recinto mais elevado, situado a norte foi destinado para a casa militar dos Templários.

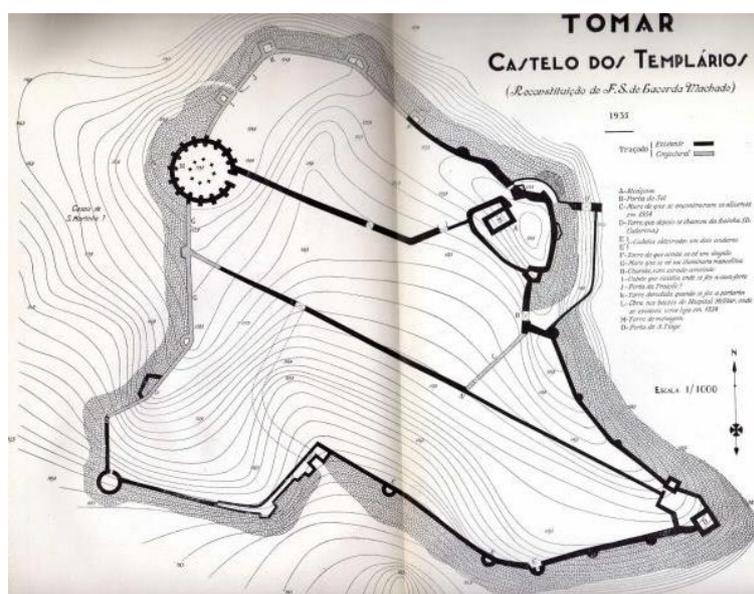


Ilustração 5 – Recintos do castelo (Machado, 1955)

Este último recinto era constituído por dois edifícios: a casa do Mestre provincial, também conhecida por Alcáçova, a Oriente; e o templo fortificado, comumente dominada por Charola Templária, onde os freires cavaleiros procediam à oração, a Ocidente. A Charola, poligonal românica de 16 faces (atual cabeceira), com contrafortes nos ângulos, frestas em panos alternados, é o centro do conjunto de edificações. A exuberante decoração desta - estatuária, pintura, estuques, frescos e outros elementos complementares - pertence, sobretudo, à época das obras manuelinas quando duas faces da Charola foram rasgadas pelo arco de acesso à nave, adaptação atribuída a João de Castilho, que assim transformou o oratório templário primitivo em capela-mor do novo templo. As outras 14 faces do muro periférico do deambulatório, alternadamente rasgadas, no alto, por estreitas frestas, encontram-se divididas por colunelos, de onde arrancam os arcos torais da abóbada.

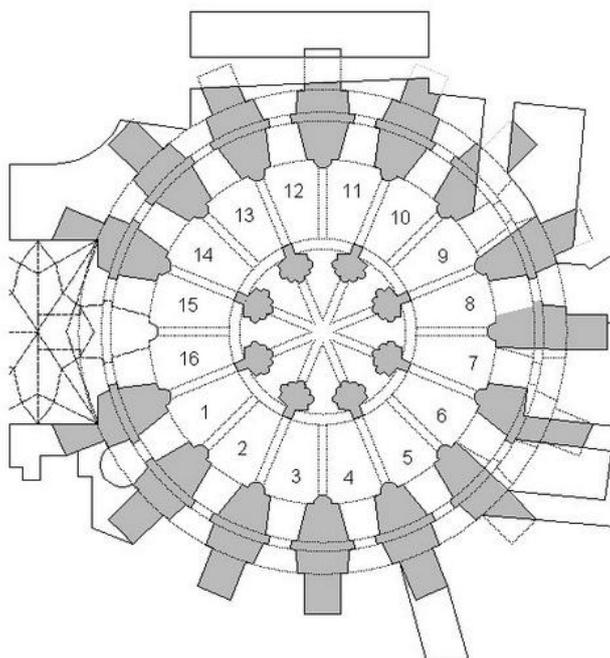


Ilustração 6 – Charola Templária (IGESPAR, 2000)

CONVENTO DE CRISTO EM TOMAR

PLANTA DA IGREJA

ESCALA 1:100

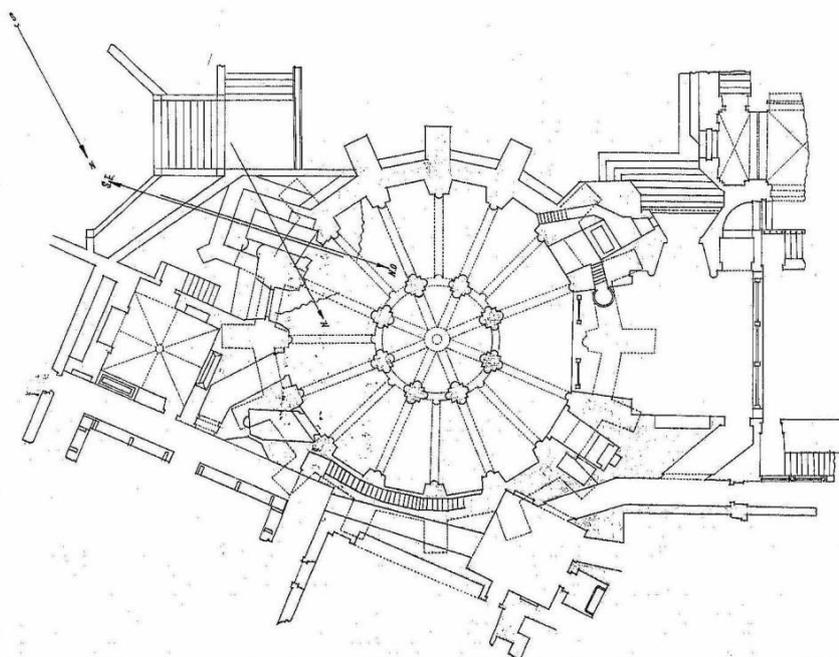


Ilustração 7 - Planta original da igreja (charola), antes da amplexão (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)

Quando em 1312, o rei francês Filipe IV, decide perseguir a Ordem dos Templários e extingui-la, esta encontra em Portugal, e em Tomar, refúgio. Os cavaleiros Templários foram então poupados ao processo de extinção porque o Rei de Portugal da altura, D. Diniz logrou mantê-los, sob o nome de uma nova cavalaria religiosa. Assim, em 1319, após alguns anos de negociação com a Santa Sé, é instituída a Ordem dos Cavaleiros de Cristo. Esta ordem integrava pessoas e bens da extinta Ordem dos Templários.

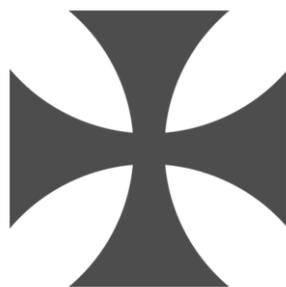


Ilustração 8 – Símbolo da Ordem dos Cavaleiros de Cristo.

É com a Ordem de Cristo que a nação portuguesa se abre para a empresa das descobertas marítimas do século XV. Tomar é, então, sede da Ordem e o Infante D. Henrique o seu Mestre.

Investido de poderes enormemente superiores aos que qualquer mestre religioso jamais tivera, este governador e regedor procede a uma série de inovação no seio da ordem.

O Infante reforma espiritualmente a ordem, convertendo os cavaleiros residentes em praticantes. Para o efeito, transforma a velha casa militar dos Templários num convento: o Convento de Cristo.

Deste primeiro convento restam dois claustros góticos: o do Cemitério (ilustração 10) e o das abluções – dito “das Lavagens” (Ilustração 9), que avizinham a Charola Templária, transformada pelo Infante em igreja conventual.



Ilustração 9 – Claustro da Lavagem (Ilustração nossa, 2013)

Quadrangular, o Claustro do Cemitério apresenta no primeiro piso, 5 tramos por ala de arcadas e suportes idênticos ao Claustro das Lavagens. As suas colunas são duplas de bases e capitéis distintos, e as coberturas em abóbada de berço nas quatro alas e de aresta nos cantos.



Ilustração 10 – Claustro do Cemitério (Ilustração nossa, 2013)

Com a mesma forma que o Claustro do Cemitério, o Claustro das Lavagens é constituído por 2 pisos. O piso inferior tem cinco tramos, por ala com arcos quebrados assentes em grossos pilares chanfrados sobre murete. O piso superior, por sua vez, é formado com 6 tramos de arcos quebrados sobre colunas grupadas transversalmente (Ilustração 11).



Ilustração 11 - Claustro da lavagem ainda em reconstrução (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)

No que diz respeito à planta da igreja conventual (Ilustração 12), é composta por dois corpos diferentes: a Charola, atual capela-mor, e o corpo da nave, que se adapta ao desnível do terreno para oeste, onde possui três registos assentes num forte embasamento e marcados por frisos decorativos envolventes, com decoração naturalista emblemática manuelina. No interior, a nave é coberta por uma abóbada polinervada de combados.

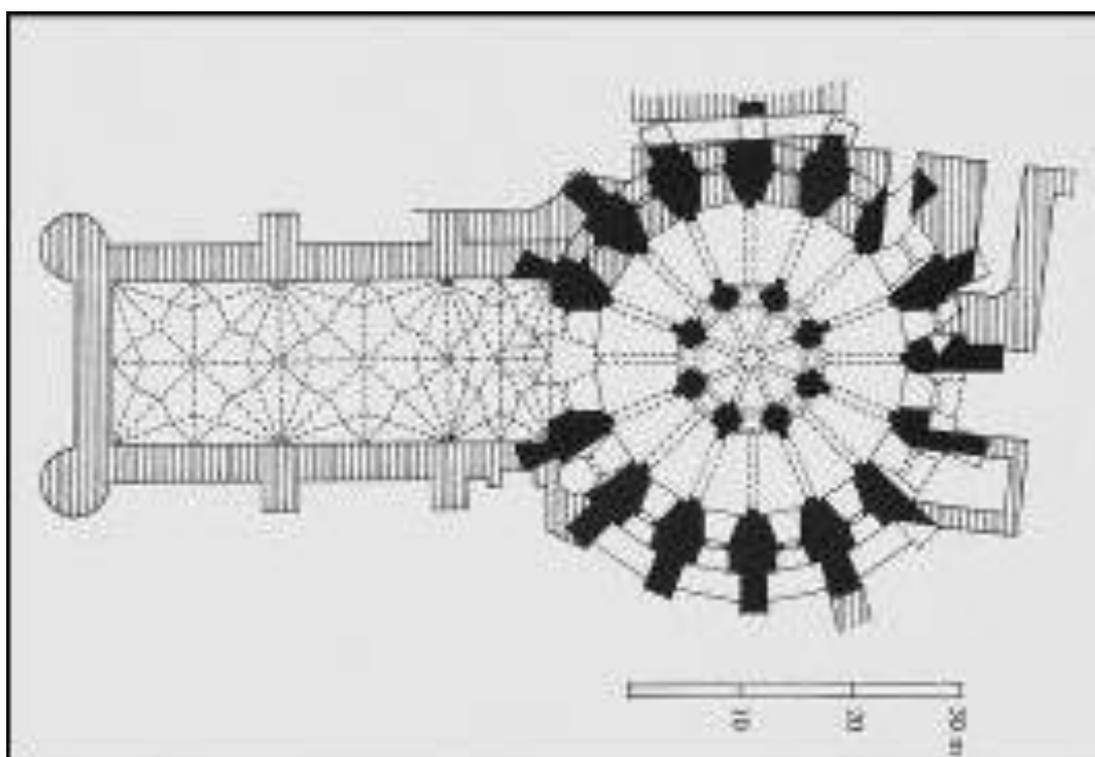


Ilustração 12 – Planta da Igreja Conventual (Pereira, 2009, p.58)

4.3. EVOLUÇÃO ARQUITETÓNICA DO CONVENTO DE CRISTO

Em 1510, D. Manuel I, o terceiro mestre laico da Ordem de Cristo, ampliou a igreja templária para ocidente, extramuros do castelo, descendo com a construção cerca de 16 metros desde o piso do santuário até à base da colina.

Com estas alterações, é estabelecida uma nova entrada no tempo, a Sul, dedica a Santa Maria, padroeira da Ordem de Cristo. A primitiva porta do templo, virada a oriente, é então transformada conhecida janela manuelina, de nome Janela do Capítulo, mais tarde imitada para o Palácio da Pena, e desenhada por Diogo de Arruda (Ilustração 13).

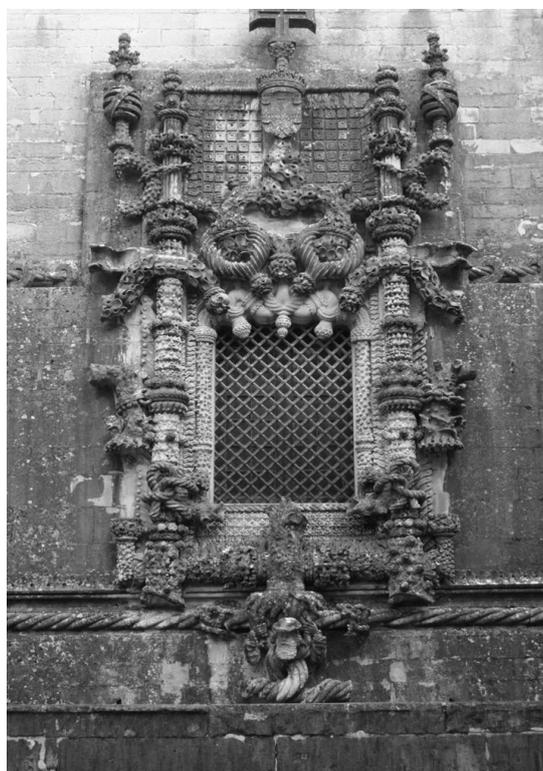


Ilustração 13 – Janela do Capítulo (Ilustração nossa 2013)

Quando D. João III que se torna Rei de Portugal, em 1528, fez uma reforma dramática na ordem de Cristo, suprimindo-lhe o ramo de cavalaria e tentando, em vão, transformar os cavaleiros em simples frades de clausura. A fim de consumir o seu objetivo, foi construído um novo e grandioso convento para oeste, extramuros do castelo, em torno da igreja ampliada pelo seu pai, o falecido D. Manuel I.

Para resolver o problema do acentuado declive do terreno, o arquiteto João de Castilho projeta o novo convento em torno de cinco claustros: quatro deles maiores e um menor, central.

Os claustros apresentam uma estrutura de arcadas quebradas sobre colunas grupadas. As janelas, frisos e platibandas destes claustros têm corpo manuelino com decoração vegetalista.

O mais imponente de todos eles é o Claustro Principal (Ilustração 14), contíguo à igreja templária.



Ilustração 14 – Claustro Principal (Ilustração nossa, 2013)

Refeito após a morte de João de Castilho, por Diogo de Torralvas, no estilo maneirista do *Cinquecento* italiano, este claustro recebe nessa altura uma fonte da lavra do engenheiro Filipe Terzi.

Ladeando a fachada norte da igreja, desenvolve-se o amplo Claustro da Hospedaria (Ilustração 15).



Ilustração 15 – Claustro da Hospedaria (Ilustração nossa, 2013)

A ligar o Claustro Principal e o Claustro da Hospedaria, e a confrontar a fachada ocidental, e a confrontar a fachada onde se encontra a famosa Janela do Capítulo, situa-se o pequeno Claustro de Santa Bárbara (ilustração 16), o qual estabelece comunicação com os aposentes dos noviços, no primeiro andar.



Ilustração 16 – Claustro de Santa Bárbara (Ilustração nossa, 2013)

Os dois restantes claustros, o dos Corvos (ilustração 17), a sul-poente e o da Micha (Ilustração 18), a norte-poente, encerram os restantes aposentos conventuais.



Ilustração 17 – Claustro dos Corvos (Ilustração nossa, 2013)



Ilustração 18 – Claustro da Micha (Ilustração nossa, 2013)

Os espaços domésticos ao nível do rés-do-chão têm a seguinte disposição: entre o Claustro Principal e o Claustro dos Corvos situa-se o grande Refeitório dos Professos. O Refeitório é retangular, com abóbada de berço com nervuras formando caixotões quadrados. A cozinha, copas e despensas desenvolvem-se entre os claustros dos Corvos e da Micha. Em torno do Claustro da Micha distribuem-se o Refeitório dos Noviços, a Casa do Forno, os aposentos para receber os pobres e os enfermos, a Procuradoria para o recebimento de rendas e foros. Todo o complexo conventual desenvolve-se segundo um eixo nascente-poente que culmina no seu extremo, após o Claustro da Micha, com a Casa das Necessárias, uma obra notável de engenharia sanitária do Renascimento, ainda operacional no século XX.

Os aposentos domésticos desenvolvem-se sobre quatro pisos (três acima do solo e um abaixo), cada um cada um correspondendo a um estrato funcional. Abaixo apresentam-se as plantas dos três pisos situados acima do solo.

Plantas dos diversos pisos:

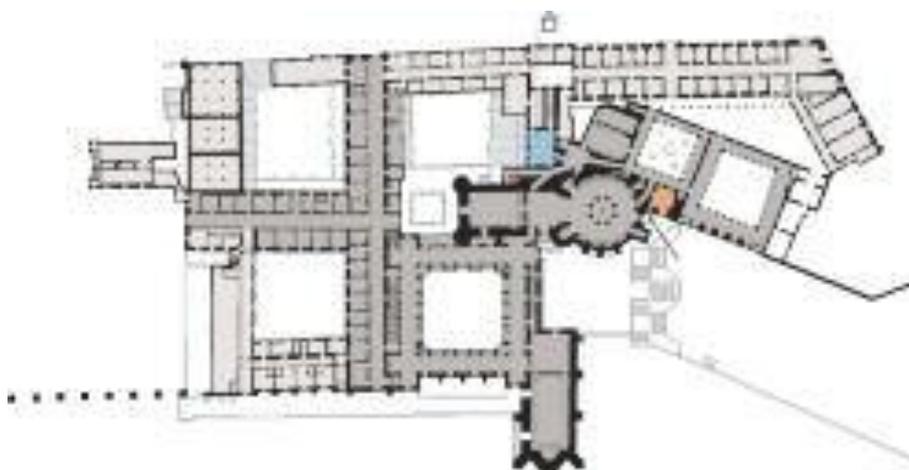


Ilustração 19 – Plano do Primeiro Piso (Pereira, 2009, p.8)

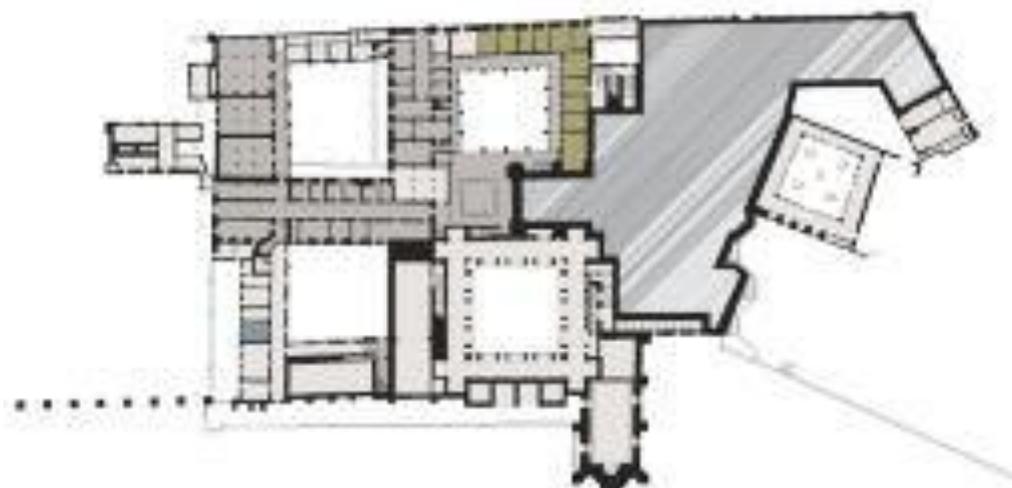


Ilustração 20 – Plano do Segundo Piso (Pereira, 2009, p.9)

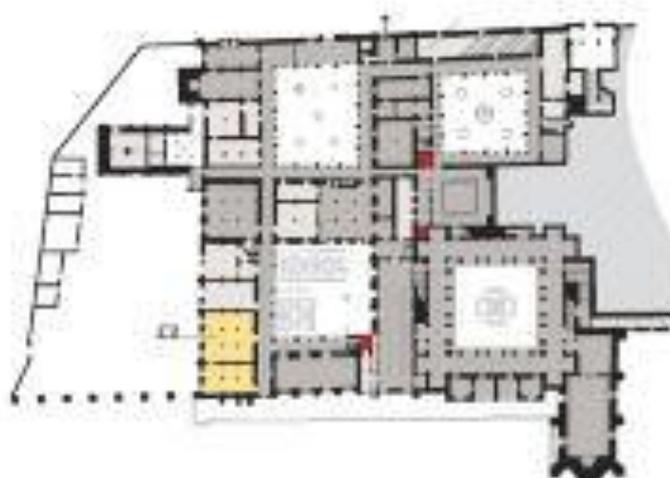


Ilustração 21 – Plano do Terceiro Piso (Pereira, 2009, p.9)

Alguns corpos de construção possuem duplo pé-direito, como é o caso do Claustro Principal, o Refeitório dos Professos e o *Scriptorium*.

O segundo piso encerra, na junção dos claustros, o grande Dormitório dos Professos, cujas células se distribuem ao longo de três extensos corredores que formam uma cruz latina. A fachada sul do convento dá a ver a evolução dos quatro pisos.

D. João III dotou o convento do seu próprio domínio rústico, ao circundar o grupo de cabeços com um muro, a designada Cerca Conventual. Esta cerca veio a ocupar o flanco sul do castelo e do convento, e sobe pela encosta dos cabeços.

Depois de se ter feito aclamar mestre da Ordem de Cristo, D. João III obtém da Santa Sé, o direito de os reis portugueses passarem a exercer perpetuamente o cargo de mestre da Ordem de Cristo.

Por isso, quando Portugal perde a sua independência, em 1580, é o rei espanhol, Filipe II, então herdeiro do trono português, que se torna mestre da Ordem de Cristo.

Da presença filipina no convento são testemunhos o aqueduto de Filipe II (Ilustração 22), na fachada sul, o qual percorre uma distância de 6 quilómetros para levar a água ao convento; a fonte do claustro principal; acionada pela água do aqueduto; a Sacristia Nova, no Claustro do Cemitério (espaço retangular de traçado maneirista substitui a sacristia velha que funcionava desde 1484); e a Portaria Real, na fachada norte do convento.



Ilustração 22 - Vista do aqueduto (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)

Após a restauração da independência de Portugal, em 1640, o novo rei português, D. João IV constrói a grande Enfermaria (Ilustração 23 e 24) e a nova Botica, cujos corpos de construção fecharam o edificado conventual, respetivamente na fachada norte (Ilustração 25), desde a portaria filipina até ao topo nascente onde a enfermaria se conclui com a sala de cirurgia – dita a “sala dos cavaleiros” – para a seguir se articular com a Botica. A Botica estende-se, por sua vez, para sudeste até à muralha do antigo paço real, a qual liga com a Alcáçova.

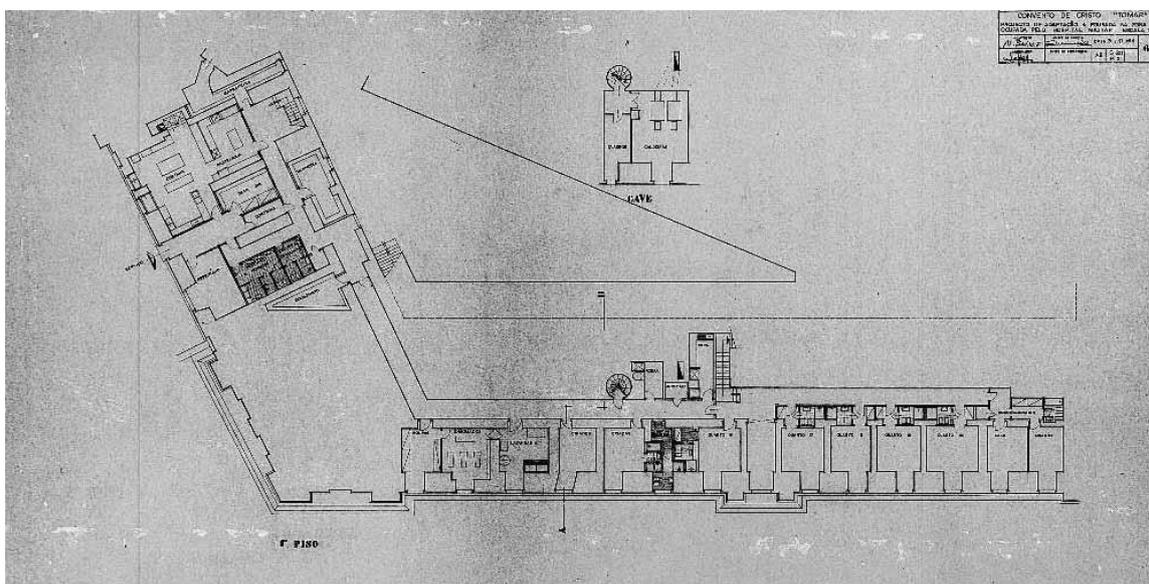


Ilustração 23 - Planta da Enfermaria, piso térreo (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)

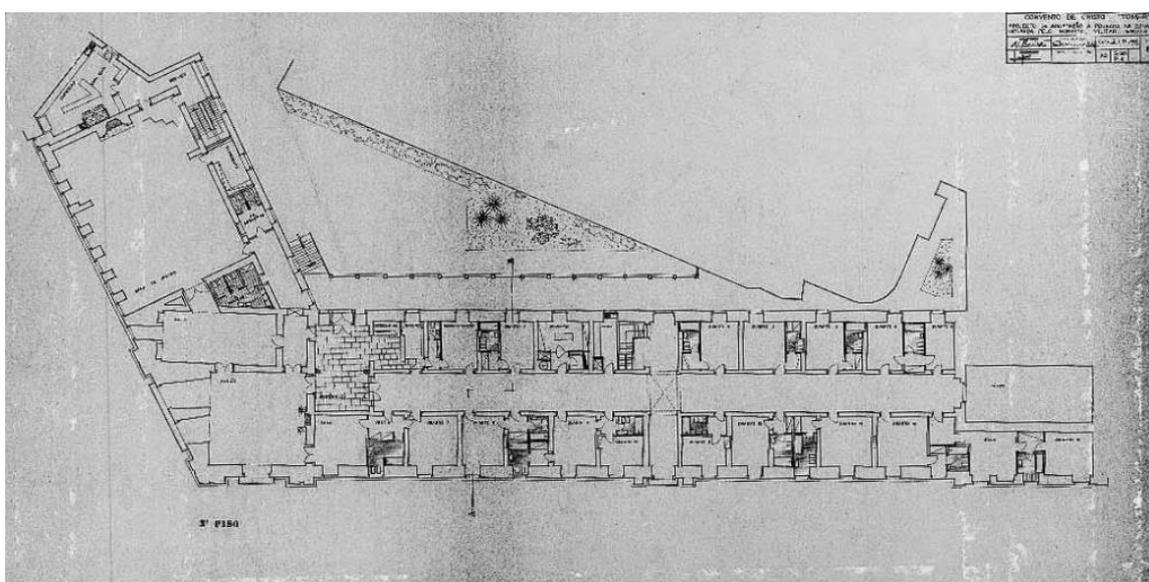


Ilustração 24 - Planta da Enfermaria, Piso superior (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)

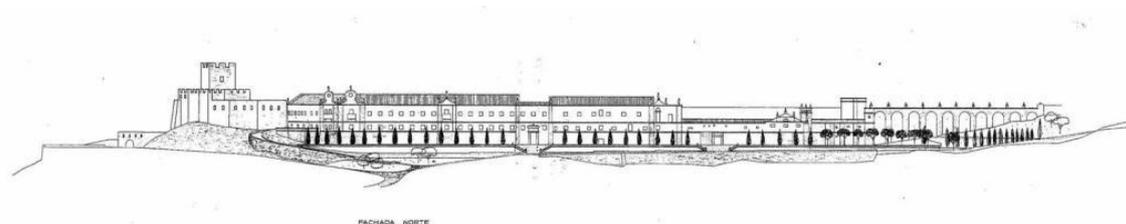


Ilustração 25 - Alçado Norte (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)



Ilustração 26 - Alçado Poente (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)



Ilustração 27 - Alçado Nascente (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)

4.4. O INÍCIO DA DECADÊNCIA E A PERDA DA CONSERVAÇÃO

Em 1834, com a revolução liberal, são extintas as ordens religiosas masculinas. Porém, a Rainha D. Maria II, Rainha de Portugal na altura, mantém a Ordem dos Cavaleiros de Cristo, da qual a própria soberana, à semelhança dos seus análogos, é Mestre.

É neste contexto que ocorre a venda desbaratada dos bens das ordens extintas, em 1838. É levado à hasta pública um lote de bens imóveis da Ordem de Cristo, em Tomar, o qual incluía: a parte sul poente do convento renascentista, à volta do Claustro do Corvos; o recinto do castelo templário onde fora, até ao reinado de D. Manuel I, a vila de Tomar e a Cerca do Convento, com uma extensão florestal e agrícola de 45 hectares. Adquire estes bens António Bernardo da Costa Cabral, um influente político, a quem mais tarde a rainha conferiu o título nobiliário de Conde de Tomar.

A pequena fachada de palacete neoclássico à maneira francesa, sobranceiro ao terraço do ângulo sul poente do convento é testemunho da passagem deste político pela casa dos cavaleiros de Cristo, assim como outras obras de pequeno vulto que aí realizou, de adaptação, desta aparte do já então monumento pátrio, para residência sua e dos seus descendentes (Barbosa, 2009, p.182). Estes descentes habitaram durante um século neste palacete até à terceira geração, com o título de nobreza tarde de Condes de Tomar.

As restantes construções do conjunto monumental, que eram pertença da Coroa, constituíam cerca de três quintos da área bruta construídas (Barbosa, 2009, p.183). Estas construções englobavam os espaços do castelo e conventuais, tendo possuído diversos e variados destinos.

Assim, o conjunto da Enfermaria e Botica foi ocupado, em 1909, por um hospital militar, o qual aí se manteve em exercício até 1993. Por sua vez, as construções que rodeiam os claustros da Hospedaria e da Micha ficaram na posse de uma companhia da Guarda Nacional Republicana desde o início do século XX até 1935. Outras dependências, nos andares destes claustros, foram transformadas em residências para funcionários públicos, civis e militares, que abandonaram o local a partir de 1921 com a vinda para o convento do seminário da Sociedade Portuguesa das Missões Ultramarinas.

As restantes construções do conjunto monumental, que eram pertença da Coroa, constituíam cerca de três quintos da área bruta construídas (Barbosa, 2009, p.183). Estas construções englobavam os espaços do castelo e conventuais, tendo possuído diversos e variados destinos.

Em 1934, o Estado adquire aos descendentes de Costa Cabral, todas as propriedades rústicas e urbanas que estes detinham por aquisição ou posse do seu antepassado. O conjunto monumental fica então confinado a três atividades distintas: a cultural, animada pela associação local de defesa do património; a educativa e a religiosa, incluindo o culto na igreja conventual, pela sociedade missionária; e a hospitalar pela instituição militar.

A população de Tomar, no entanto, aumenta por um surto de novas profissões: militares, médicos, engenheiros, advogados, entre outras.

É neste contexto que, em 1918, é constituída, em Tomar, uma associação de defesa do Convento de Cristo e Castelo de Tomar: a União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo (UAMOC). Durante cinquenta anos, esta associação vela e cuida da conservação do monumento, aí mantendo um museu monográfico, arqueológico e lapida (Barbosa, 2009, p.184).

Porém, em 1968, esta associação entre em letargia no seguimento do desaparecimento gradual dos membros mais antigas e na falta de renovação do tecido associativo.

O fim da atividade da UAMOC é concomitante com a agonia do discurso político do Estado Novo exaurido pela guerra colonial e pelos crescentes repúdios das forças vivas da nação à ditadura do regime.

Os tempos de revolta estavam próximos e o golpe militar de Abril de 1974 veio consumá-los. E, como tantos outros momentos nacionais, o Convento de Cristo foi preterido a outras formas de afirmação cultural da classe que então se agitava na cena política e de que o processo revolucionário em curso (PREC) foi tão pródigo. De facto, e até à década de 80, a atividade cultural do Convento de Cristo foi reduzida a mera visita turística.

O abandono a que foi votado nos dez anos a seguir ao 25 de abril é abundantemente assinalado pela invasão da vegetação infestante que chega a

apropria-se de partes inteiras do conjunto monumental, como ilustram as figuras abaixo.



Ilustração 28 – Queda parcial do pilar do aqueduto (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)

A perda de conservação veio provocar danos gravosos no castelo templário, sobretudo no início da década de oitenta, quando o conjunto monumental estava a ser objeto de *dossier* de candidatura a Património da Humanidade (Barbosa, 2009, p.185).

Dentro do recinto da antiga vila de Tomar, todos os muros de suporte aos socalcos dos pomares apresentavam brechas. A muralha das frentes sul e nascente careciam de urgente limpeza e reparação das alvenarias. O que era facilmente conservado pela manutenção resultante da normal vivência do edificado e dos lugares entrou rapidamente em degradação pelo abandono e falta da simples intervenção preventiva e conservativa.

Algumas ilustrações de zonas degradadas:



Ilustração 29 - Degradação de pavimentos e colunas da Charola (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)



Ilustração 30 - Porta de acesso ao piso inferior do Claustro da Lavagem (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)



Ilustração 31 - Claustro da Lavagem sem cobertura (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)



Ilustração 32 - Falta de cobertura na zona do Claustro da Hospedaria (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)

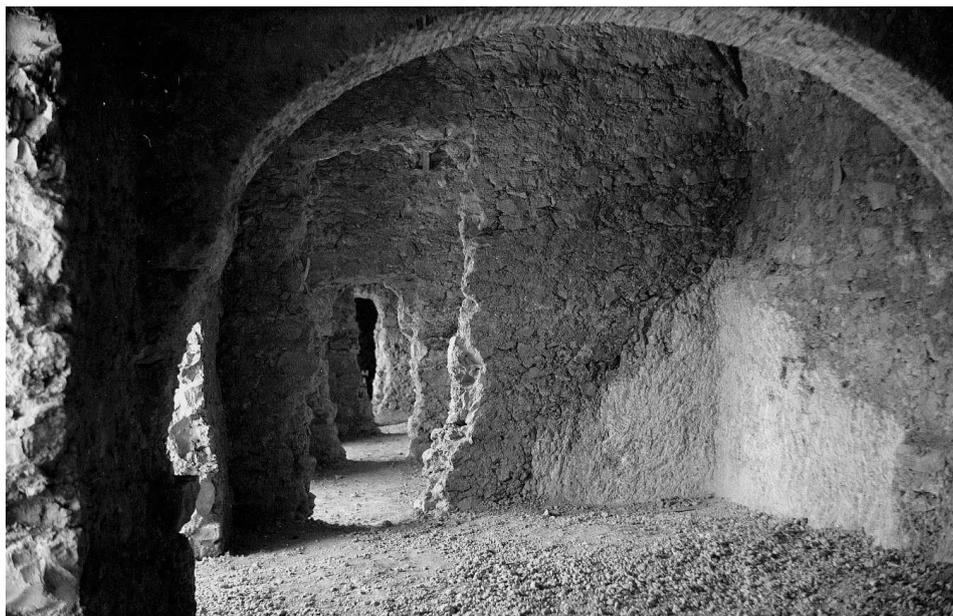


Ilustração 33 - Piso inferior do hospital militar (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)



Ilustração 34 - Objetos diversos do Convento (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)



Ilustração 35 - Escadas no Claustro D. João III (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)



Ilustração 36 - Sala do Capítulo (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)

5. PRESERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DO CONVENTO DE CRISTO

Foi o acumular de pequenas degradações que trouxe a iminência de ruína que trouxe a necessidade compelida de realizar grandes obras de preservação. Os restauros realizados no Convento de Cristo durante as primeiras décadas do século XX não são significativos, pela pequena dotação orçamental concedida e certamente por não terem sido considerados prioritários. No entanto, a partir da década de 80, por motivos que vão para além da candidatura do momento à LMP, registou-se um vasto conjunto de obras de restauro, conservação e reabilitação que abaixo se descrevem.

5.1. AS PRIMEIRAS OBRAS DE PRESERVAÇÃO REALIZADAS NO SÉCULO XX

Nas vésperas do Natal de 1983, a queda de uma grua no adro da igreja do convento, mesmo em frente ao seu portal manuelino, provocou grandes estragos na escadaria neoclássica que liga o adro ao terreiro do jardim do castelo (Barbosa, 2009, p.186).

É então que é realizado um levantamento global, documentado fotograficamente, da degradação que vitimava o monumento, da falta de manutenção de que padecia o conjunto monumental, em particular, o castelo templário cuja inspeção das muralhas levou a descobrir, meio metro abaixo da camada de terra e manta morta, o alambor arruinado pela invasão das árvores e espécies infestantes da mata vizinha, iniciada cinquenta anos atrás, sem que nunca tivesse sido objeto da mais elementar ação de limpeza e manutenção (Barbosa, 2009, p.187).

As primeiras ações de limpeza e manutenção ocorrem na sequência deste levantamento global, tendo sido efetuadas as primeiras por uma parte da população, nomeadamente os voluntários do Agrupamento de Tomar do Corpo Nacional de Escutas, elementos dos programas ocupacionais do Instituto de Emprego, colaboradores do Convento de Cristo responsáveis pelas visitas turísticas; e as segundas, de reparação e consolidação do alambor, pela administração central.

Nesta ocasião havia três instituições que habitavam o Convento de Cristo e a sua atividade era pautada por três atividades distintas: o culto religioso, nomeadamente a missa dominical na igreja templária, mantido pelos padres da

Sociedade das Missões; a visita turística de alguns espaços conventuais e castelo, proporcionada pela administração do IPPC (Instituto Português do Património Cultural), desde 1982; a ação médico hospitalar, pelo Hospital Militar nos espaços da antiga enfermaria e botica conventuais.

Algumas ilustrações de intervenções efectuadas:



Ilustração 37 - Recuperação do aqueduto (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)



Ilustração 38 - Recuperação do Claustro da Lavagem (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)



Ilustração 39 - Recuperação do Claustro da Lavagem (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)

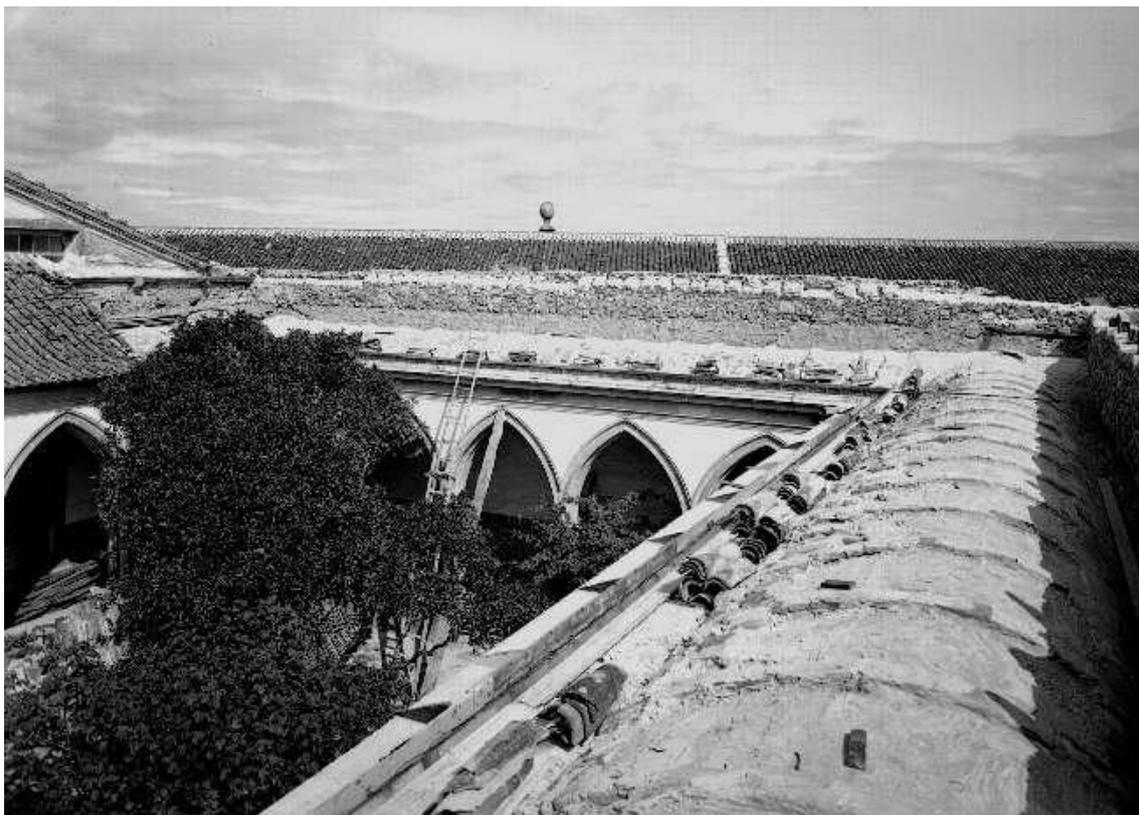


Ilustração 40 - Recuperação do Claustro do Cemitério (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)

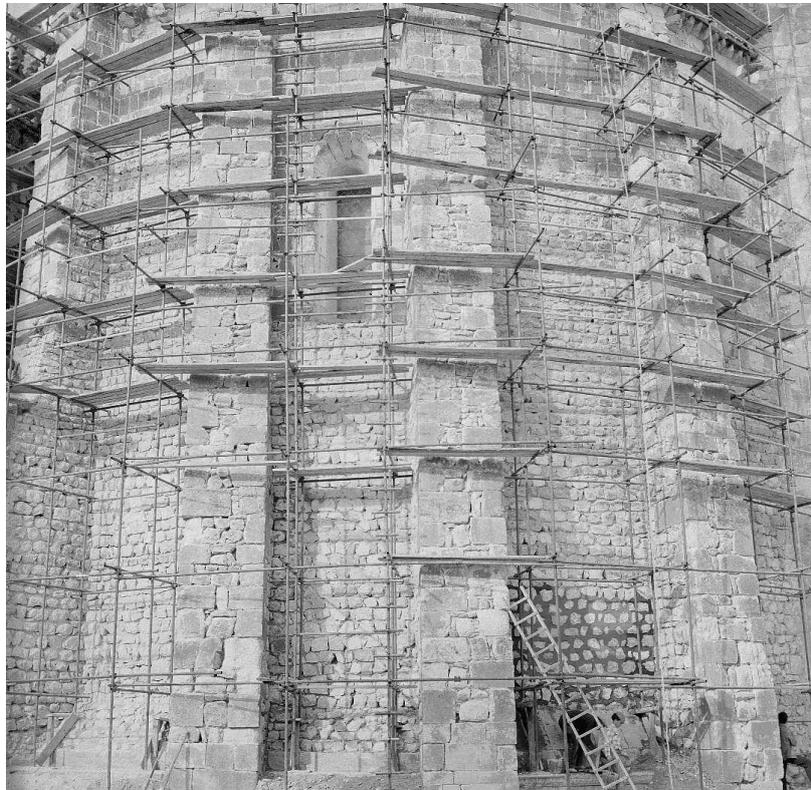


Ilustração 41 - Recuperação da fachada exterior da Charola (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)



Ilustração 42 - Recuperação do Claustro do Cemitério (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)



Ilustração 43 - Recuperação do Claustro do Cemitério (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)

5.2. O PROJETO DE CONSERVAÇÃO DO IPPC COMO MEIO DE REABILITAÇÃO DO CONVENTO DE CRISTO

Decorridos quatro anos da queda da grua, no domingo de Pentecostes de 1987, a Radiotelevisão Portuguesa dá a conhecer à Europa uma imagem das degradadas pinturas murais do alto da Charola.

Apesar dos esforços encetados pela população, em 1983, o monumento continuou votado ao abandono.

Incidentalmente, a projeção da imagem do Convento de Cristo na Radiotelevisão Portuguesa incitou as instâncias do poder a intervir contra o abandono a que o monumento fora votado nas últimas décadas.

Nos finais desse mesmo ano, a direção do IPPC anuncia, na comunicação social, a implementação de um projeto de conservação no valor de um milhão de contos, cofinanciado em 50% pela então Comunidade Económica Europeia, para recuperação do conjunto monumental. Esse projeto contemplava a renovação da vivência cultural do convento renascentista através da criação de um Centro de Estudos Históricos, com uma unidade hoteleira de apoio ao funcionamento do Centro de Estudos Históricos.

Todavia, em curso de execução do projeto, para uma utilização mais adequada dos espaços conventuais ao Centro de Estudos Históricos, a direção do IPPC decide indemnizar a Sociedade das Missões contra a devolução integral dos locais ocupados pela sua instituição desde 1921.

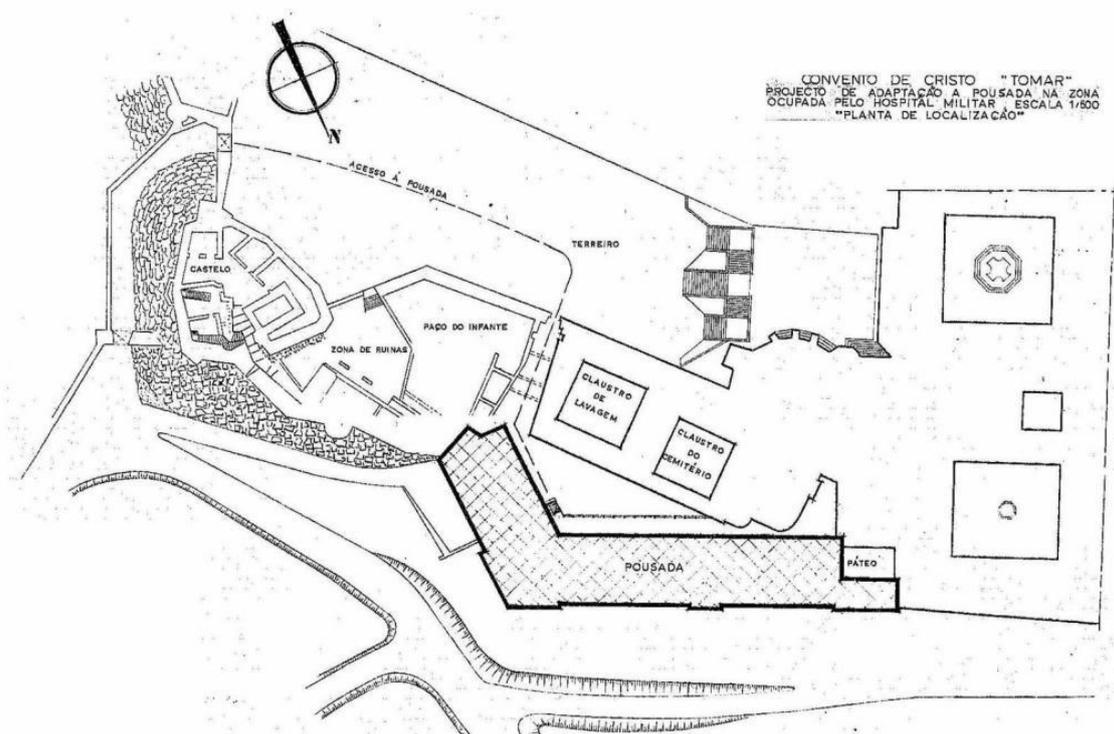


Ilustração 44 - Planta de localização da proposta de pousada (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)

Nesta ocasião, um gabinete de arquitetos elabora um estudo para a utilização dos espaços, onde prevê a instalação da unidade hoteleira de apoio. O projeto é entregue ao arquiteto Daniel Santa Rita. Nessa mesma altura, a ENATUR, empresa estatal que detém o património das pousadas e procede à sua gestão, é convidada a participar no projeto na unidade hoteleira de apoio. Esta empresa avança porém, e tal como se previa, com uma proposta de pousada, cujo programa ocupava o grosso dos espaços conventuais devolutos.

Como o conjunto monumental ia ficar preterido ao empreendimento hoteleiro, dá-se a recusa do IPPC às pretensões de ocupação do convento renascentista com a alegada pousada. A ENATUR abandona a parceria do projeto e o IPPC avança com as obras, prioritárias e previstas, de recuperação.

Não se tendo encontrado um desiderato eficaz de parceria para a instalação de Centro de Estudos e da respetiva unidade hoteleira de apoio, decide-se pela ocupação dos espaços para o realojamento da casa de retiro da Sociedade das Missões.

Entretanto, e devido à exposição na comunicação social, o Convento de Cristo é procurado com mais frequência, por instituições e coletividades, para palco ou lugar para atividades culturais, espetáculos de teatro, concertos, exposições e inclusive formações com direito a alojamento. O alojamento é inicialmente possível graças ao empréstimo de equipamento pelo Exército e pelo Ministério da Educação. Gradualmente, e à medida que o monumento vai assumindo a sua função de entidade hospedeira, vão sendo equipados os locais conventuais que anos antes haviam sido remodelados para alojar a Sociedade das Missões.

5.3. AS OBRAS DE PRESERVAÇÃO APÓS O PROJETO DE CONSERVAÇÃO DO IPPC

São as atividades supra-referidas que permitem financiar as obras de restauro e recuperação efetuadas entre 1988 e 1995.

Assim se foi valorizando o Convento de Cristo com a ambição de recuperação do maior número de áreas edificadas possíveis, como o Claustro dos Corvos, as coberturas do Convento de Cristo, os muros e os taludes.

É dada por iniciado a primeira fase do restauro da Charola, em 1994. O IPPAR assina um protocolo com a Escola Superior de Conservação e Restauro para remover a cal da abóbada. As obras tiveram que, contudo, parar quando por debaixo da cal se descobriu que havia uma pintura quinhentista. Então fez-se a abertura das janelas na abóbada para ver o estado em que se encontrava a pintura.

Uma empresa francesa faz a análise laboratorial da pintura e dois anos mais tarde, a escola de Sintra começava então os trabalhos. Esta primeira fase da obra dura quatro anos (1994-1998). Fechada a Charola, procedeu-se à revisão dos trabalhos respeitantes às vertentes artísticas como associadas à talha, pintura mural dos tambores, estuques.

O IPPAR (Instituto Português do Património Arquitetónico) – entidade que veio substituir o IPPC – assume, em 1995 explicitamente a vertente de entidade hospedeira, ao dar início a cursos de formação profissional, com alojamento, quer para o seu pessoal, quer para candidatos externos, no âmbito de protocolos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (Barbosa, 2009, p.187).

Em 1996, procede-se à consolidação dos estuques que circundam as janelas localizadas na parte superior da Charola. Na sequência desta consolidação, decide-se remover a totalidade dos andaimes anexos à Charola e substituí-los por outros de alta tecnologia que asseguram o restante restauro da estrutura, de forma rotativa, “tramo” por “tramo”, sendo estes tratados em toda sua integridade e permitindo deste modo manter os restantes tramos visitáveis (Cunha, 2000, p.1).

Na altura, o vice-presidente do IPPAR, Paulo Pereira refere que "a abertura Charola não significa que os trabalhos parem", uma vez que a Charola continuava a necessitar de intervenções.

O IPPAR defende um trabalho que combine as componentes de manutenção, conservação e restauro com as obras de remodelação e reutilização dos espaços do monumento.

Os projetos, de acordo com as diferentes componentes, são executados espaço a espaço, obedecendo a um plano de trabalho global. Nas obras de beneficiação, restauro e recuperação estabelecem-se prioridades de modo a salvaguardar os elementos mais problemáticos do ponto de vista de conservação e futura fruição pública.

Entre 1996 e 1998 iniciam-se os trabalhos no paço real. Nas obras de recuperação do paço real, os trabalhos arqueológicos, levados a cabo com diversas fases, dão a conhecer a existência da calçada primitiva de entrada para o perímetro superior da fortificação. Nesse âmbito, efetuam-se obras de manutenção para efeito de leitura formal do espaço original. Em adição a estas obras, e na sequência dos trabalhos traçados para o local, procede-se aos arranjos exteriores e à resolução dos acessos.

O pátio ganha um novo significado com a instalação de um restaurante/cafetaria nas ruínas da casa agrícola que o delimita a poente. Com esta construção ligeira, restabelece-se o eixo fundamental do Convento, constituído pelo percurso em linha reta.

Do mesmo modo, considera-se a fachada sul do monumento, onde encaixa o Aqueduto de Pegões, uma das mais interessantes segundo ponto de vista arquitetónico. Procede-se então à limpeza da fachada, à revisão e restauro dos rebocos, ao tratamento da pedra na zona do embasamento, à limpeza e tratamento das áreas sob pórtico, por modo a oferecê-las à fruição pública.

Esta intervenção foi iniciada no primeiro tramo da fachada norte e teve como objetivo confirmar diagnósticos já realizados e ensaiar a intervenção seguinte, que englobou a restante área das três fachadas, incluindo a célebre Janela do Capítulo.

Na reparação da fachada poente propõe-se uma intervenção de restauro das coberturas da chamada antiga residência, preparação do caderno de encargos e fiscalização.

A nascente, na fachada que contém a janela manuelina, característica deste monumento, realizou-se um levantamento arquitetónico exclusivo detalhado e atualizado, limpeza de espécie infestantes nas ruínas, instalação em obra de sistema de drenagens das águas pluviais, consolidação dos elementos arquitetónicos arruinados, como o exemplo da abóbada e da arcada superior, “arco triunfal”, tratamento da ruína, drenagens exteriores, projeto de entrada e de localização de posto alternativo de acolhimento a visitantes, projeto de relação de acesso de entrada/saída com o percurso do Claustro Grande. O intuito era integrar esta janela numa forma mais precisa no circuito de visita, o que de algum modo foi alcançado com sucesso, na medida em que hoje muitos portugueses associam ao Convento de Cristo a imagem da Janela do Capítulo.

Este restauro visou reforçar e consolidar os arcos em pedra e em simultâneo, a limpeza de fachadas e elementos decorativos em pedra, na fachada manuelina. Foram definidos objetivos, montados andaimes, analisado o estado de conservação das zonas a intervir, removidas plantas infestantes, executada a limpeza de elementos pétreos, tratamento biocida e colagem, fixação e substituição de elementos.

Em março de 2002, o IPPAR toma posse dos locais da Enfermaria e Botica conventuais devolutos e abandonados, havia 9 anos, pela extinção do Hospital Militar.

São sete séculos de história que voltam a encontrar a sua unidade espacial, a qual se desenvolve por cerca de 4,5 hectares de área bruta construída, incluindo as construções castrejas, e cerca de 3,7 hectares de área útil, a maior parte distribuída pelos quatro pisos do convento renascentista (Barbosa, 2009, p.187).

Entre 2003 e 2006 é dada continuidade aos trabalhos de recuperação e reabilitação, consagrando um aumento da área monumental da área disponível. São então iniciados os trabalhos naquelas que se consideram áreas de circulação pública, de acordo com um percurso de visita entretanto delineado e as necessidades de salvaguarda requeridas, a saber: passadiços, corrimãos, estrados de observação, escadas, entre outras, arranjos paisagísticos da área, limpeza e remodelação das

estruturas no interior, limpeza externa, consolidação das ruínas a manter, iluminação monumental e sinalética específica para a área em causa.

São, da mesma forma, iniciados os trabalhos recuperação e restauro do Claustro do Cemitério e Claustro das Lavagens, claustros que se situam sequencialmente. Nesse sentido, foi levado em conta o projeto de restauro de coberturas e estruturas portantes, fiscalização, execução do caderno de encargos incluindo o restauro das superfícies murárias (rebocos e azulejaria) bem como o refecimento de juntas e limpeza da pedra, o restauro e substituição de caixilharias e portas, arranjos exteriores das quadras dos claustros, a arrumação e reorganização do espólio lapidar da UAMOC.

Foi no sentido de aumentar a área disponível de visita e a capacidade de fruição ao momento em área parcialmente vedada ao público que se realizam o tratamento do piso térreo, revisão e tratamento da porta que abre para o exterior do monumento, instalação de sistema de segurança, instalação de iluminação interior monumental, estabelecimento de um circuito de visitas com acesso pelo piso térreo, instalação de rede elétrica para a colocação e utilização da sala para eventuais eventos, e melhoramento das condições de visita pelo piso superior.

Da mesma forma, e com o apoio da CIMPOR (Indústria de Cimentos, S.A.), dá-se reinício aos trabalhos na parte da Charola até ao momento vedada ao público. Foram concluídos o restauro do deambulatório e do arco triunfal. Até aí tinham sido restaurados 6 tramos do total de 16 que constituem o deambulatório exterior. Estes trabalhos incidiram na pintura, pintura mural, escultura, pedra, talha e couro.

Recentemente, mais precisamente em 2007 foi executado o restauro das coberturas do cruzeiro. Com a realização dos trabalhos iniciais da empreitada, mais concretamente, da remoção das telhas e do forro, foram surpreendidos os intervenientes com uma estrutura de cobertura invulgar, quer pela sua organização espacial, quer pelos elementos estruturais utilizados. Tratava-se de uma cobertura artesanal, de desenho original, onde os elementos resistentes eram constituídos por troncos bastantes irregulares de carvalho, pregados e a simular o comportamento estrutural das asnas convencionais. A madeira em utilização apresentava-se atacada por xilófagos (bicho da madeira) e fungos generalizados. Os elementos que se apoiavam nas extremidades apresentavam uma enorme degradação e os dois planos da cobertura de duas águas, por consequência apercebia-se com abatimentos

significativos, sendo portanto importante a sua substituição por materiais iguais, mantendo a sua originalidade, devolvendo segurança e evitando destruição total da cobertura. Apesar de alguns elementos terem sido aproveitados, grande parte como telhas e drenagens, encontraram-se irrecuperáveis.

A empreitada teve como objetivo a beneficiação das coberturas do cruzeiro nas vertentes de reforço estrutural, reparação e/ou substituição de elementos degradados, assim como a correção das drenagens.

Com a finalidade de dar uma maior coerência ao percurso de visita e garantir uma distribuição mais racional das funcionalidades ao longo do edifício, importa estabelecer localizações independentes de eventuais polivalências de alguns espaços. A reformulação do percurso de visita foi, por isso, executada juntamente com o projeto de recuperação do pátio dos carrascos.

A localização ideal para a loja de um monumento é normalmente junto à saída dos visitantes e, se possível, num espaço de atravessamento obrigatório. Tendo em conta a fisionomia do edifício, optou-se por considerar, como saída principal do monumento, o pátio dos carrascos. Esta localização, para além de um desafogo, permite outra coerência na leitura dos espaços do próprio monumento. A nova loja encontra-se adaptada a sala adjacente a atual cafetaria e que garante uma saída franca para o pátio dos carrascos.

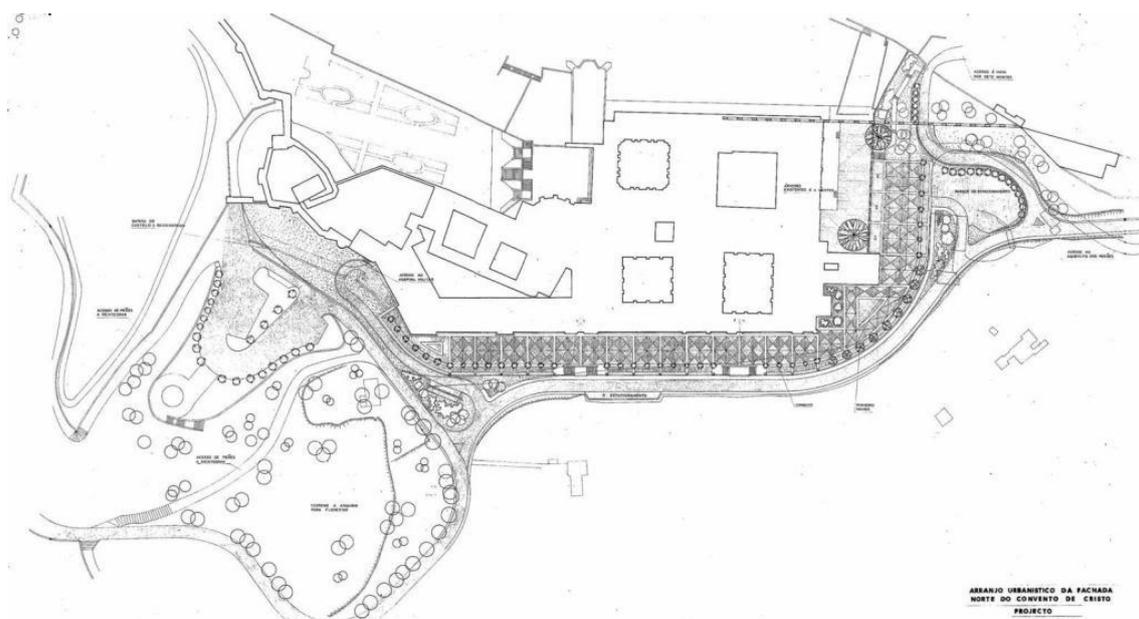


Ilustração 45 - Planta de recuperação de envolvente (DGEMN/DRMLisboa, IPPAR, Sem datação)

Em 2010, a Câmara Municipal de Tomar aprovou a reconstrução da envolvente do Convento de Cristo (Ilustração 43). Estas obras tiveram como finalidade diminuir a distância física entre o Convento de Cristo e o centro histórico, concretizando uma lógica de prolongamento das ruas da cidade até ao Convento e vice-versa. Apoiada pelo QREN, esta intervenção visa o acesso automóvel ao Convento, onde surgirá um parque de estacionamento na zona do Convento e no Terreiro Gualdim Pais. Outros dos objetivos deste projeto acompanhado sempre pelo IGESPAR é a libertação da ala norte do Convento de Cristo para que deixe de funcionar como “traseiras” do monumento. O projeto aposta ainda nos acessos pedonais como facilitadores da ligação da cidade ao Convento e prevê a requalificação de quatro ligações principais que vão funcionar como um prolongamento das ruas do centro histórico até ao Convento de Cristo.

As intervenções iniciadas nos finais dos anos 80 e continuadas entre 2007 e 2009, com o apoio mecénico da CIMPOR, são concluídas em 2013. Assim, e a partir de 8 de Fevereiro de 2014, a Charola volta a estar incluída no percurso de visita do Convento de Cristo.

5.4. PRESERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DO CONVENTO DE CRISTO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE TOMAR

O património incluído na LPM da UNESCO, como é o caso do Convento de Cristo, desempenha cada vez mais um papel interventivo nos processos de desenvolvimento, não só ao nível da afirmação local, mas na promoção do exercício por parte das populações.

Esta nova abordagem às questões culturais revela a forma como as questões de salvaguarda do património se tornaram num objeto da atenção da opinião pública, o que contribui diretamente para a diversificação dos elementos sobre os quais incide a procura do turismo (Henriques, 1996).

Embora o turismo não deva ser entendido como o único agente a moldar a cidade, ele é, sem dúvida, um agente de forte impacto, o qual é reconhecido quase instantaneamente pelas cidades.

Este interesse turístico dos locais onde se inserem bens da LPM, simultaneamente, do que Lew et al. (2004) designa por *"heritagization"*, ou seja, o processo através do qual o Património é fabricado com atributos do passado, revelando histórias, memórias e vivências culturais, praticado à escala global.

Os municípios, especialmente aqueles que são periféricos, como o de Tomar, devem nesse sentido, e através do seu património usufruir de um meio de atração turística.

O turismo histórico, com a sua forte componente cultural tem sido considerado como uma área de consumo elevado e em expansão, pelo que tem contribuído para a concretização de metas que passam pela regeneração económica e cultural. Esta modalidade turística representa uma forma de atração de investimento interno e externo que se traduz no investimento da melhoria da imagem da cidade, no sentido em que tiram proveito das receitas que a despesa turística movimenta. Assim, a promoção patrimonial com fins turísticos pode, mediante uma boa gestão, ser encarado como uma forma crucial de recompensar o custo da disponibilização de infraestruturas e equipamentos culturais.

Em suma, o património, como o Convento de Cristo, pode funcionar como um excelente motor de desenvolvimento se for pensado de forma multidisciplinar, se forem propostos os mecanismos corretos de conservação, renovação e reabilitação. É a crescente consciencialização para a salvaguarda do património e o uso turístico das cidades, como Tomar, que têm funcionado como rampa de lançamento de numerosas iniciativas de conservação e dinamização. Em adição, a reabilitação do património, prosseguida a nível nacional através de políticas concertadas, poderá contribuir de forma significativa para a redução do desemprego e exclusão social, pois a mão-de-obra para a recuperação de edifícios antigos é significativamente superior à necessária para a construção nova. Este aspeto, considerado negativo durante várias décadas, tem vindo a ser estudado em vários países europeus que compreenderam as desvantagens sociais e económicas de uma taxa crescente de desempregados (Lopes, 2003, p.3).

Neste âmbito verifica-se que, de um modo geral, cada vez mais os Estados apostam em investimentos de envergadura considerável, não só em infraestruturas, como em projetos de investigação, conservação e restauro, sempre com a expectativa do retorno. Aliás, a crescente importância dada aos tempos de lazer, pode proporcionar a médio/longo prazo esse retorno dos investimentos favorecendo a criação de um espaço económico próprio, associado ao usufruto e divulgação do património.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em consideração a atual crise financeira e económica em todo o mundo, é consensual e perceptível as dificuldades inerentes a contínua preservação do património construído a nível nacional e até mesmo a nível internacional, onde se inclui o Convento de Cristo.

Com inúmeras dificuldades em valorizar, neste caso em concreto, o Convento de Cristo, de um modo justo, merecido por tamanho ex-libris, surge a disponibilidade de manter obras de recuperação do espaço, ainda que a uma “velocidade” lenta.

Confrontando o edifício atual, que é um museu, um espaço turístico, com a sua origem, tendo em conta que passou por diversas fases assim como se desenvolveu durante anos, percebe-se o objetivo de não construir sobre o destruído, mas sim, a intenção de manter vivo o que ainda resta, musealizando os espaços e tendo em conta a impossibilidade de construir como foi outrora.

Todas as obras efetuadas no Convento asseguraram a sua salvaguarda, evitando o arruinamento de todo o conjunto monumental que aos poucos acabaria por se perder. Apesar da impossibilidade de reconstruir na íntegra, os problemas foram controlados, inumerados e registados e grande parte estão salvaguardados. Desta forma a preservação do monumento está garantida embora o processo seja longo derivado a pouca capacidade financeira. Conclui-se que, embora ainda em processo de conservação, o Convento se mantém um património vivo, com inúmeros aspetos positivos para apoiar também a região de Tomar num desenvolvimento cada vez maior.

Como escreveu Andressen em 1999, a consciência a nível mundial de que havia bens inestimáveis e insubstituíveis não só de cada nação mas de toda a humanidade e que a sua perda por degradação ou desaparecimento constituía um empobrecimento de toda a humanidade, ou seja, jamais se perderia um monumento individualizado mas sim toda uma comunidade que por todas as razões está agregada/ligada ao seu bem monumental. Um tesouro que pertence a cada pessoa da região de Tomar.

O Convento de Cristo em Tomar é um monumento que durante a sua história foi-se desenvolvendo e alterando ao longo do tempo devido às diferentes ocupações a

que se encontrou sujeito. Desde a sua origem até à atualidade, o Convento necessitou de diversas obras, quer a nível de restauro, conservação e até mesmo de reabilitação.

Tendo em conta toda a documentação e bibliografia analisada para a concretização desta dissertação, juntamente com as várias visitas ao Convento de Cristo, finda-se que o monumento precisa de dar continuação aos processos de conservação e restauro com vista à sua valorização, conservação preventiva e manutenção dos espaços interiores e exteriores, de acordo com os desígnios da Carta de Cracóvia e do seu estatuto de património mundial.

Passadas pelas Cartas Patrimoniais, de elevada importância para o âmbito desta dissertação, as Recomendações do ICOMOS e ainda pela Lei de Bases do Património Cultural Português, tenho como principal objetivo para a conclusão deste trabalho fazer a ligação do que é proposto nestes documentos e as intervenções realizadas no Convento de Cristo.

Podemos considerar, desta forma, que as obras realizadas tiveram como objetivo a conservação do edifício, devolvendo-o à sua forma original. Ocorreram inúmeras transformações ao longo do tempo, incluindo obras de alteração espacial. No entanto, consideramos que devolver espacialmente ao edifício algumas das suas características arquitetónicas primitivas, foi das tarefas mais importantes.

Devido certamente aos limitados financiamentos para as possíveis obras de recuperação, o Convento de Cristo, lentamente vai sendo recuperado e cada vez mais conservado de modo a preservar toda a sua história e todo o seu carisma.

Com as intervenções dos séculos XIX e XX, especialmente do século XX, percebe-se que existiu um esforço com o objetivo de valorizar o monumento como símbolo nacional.

Conclui-se com a análise de toda a documentação que o Convento cresceu como monumento devido as diversas comemorações que nele surgiram. Assim, percebeu-se que o espaço seria proveitoso, incluindo também já toda a sua história e sendo também arquitetonicamente embelezado. Procurou-se então preservar todo o conjunto, recuperar zonas degradadas, conservar o que estaria ainda em bom estado e desenvolvendo, não dignificando o original, espaços que pudessem ser mais funcionais, relacionando todo o edifício.

A ligação da cidade ao monumento foi outra das razões de estudo. A população era bastante ligada ao monumento, aproveitando-o para diversas funções, funções estas que se foram perdendo como tempo e devido a não-aceitação do monumento a novas funcionalidades como seria o caso da pousada, conseguiu preservar-se. Atualmente, a ligação entre a cidade e o conjunto, foi solução, toda a cerca foi devastada de vegetação, todo o caminho foi limpo e recuperado e desta forma, o acesso pedonal voltou a ser o que foi outrora.

Assim, foi possível confrontar as mudanças espaciais que este monumento teve ao longo do tempo bem como a sua preservação e manutenção.

Apesar de todas estas fases pelas quais o Convento de Cristo em Tomar passou, desde a destruição, à ruína, ou até mesmo aos diversos abandonos ou faltas de apoio para se manter “vivo”, o imponente conjunto arquitetónico, classificado e justamente, como Património Mundial, mantém ainda toda a sua história, a sua orientação, não com a funcionalidade para o qual foi construindo, mas permitindo através da sua visita, conhecer e perceber tudo o que por ele passou. É assim, um testemunho das várias gerações que a ele estiveram ligadas.

Desta forma, pode agradecer-se a todos aqueles que nunca desistiram do monumento e lutaram desde sempre para que o Convento se mantivesse, sendo hoje, um local quase obrigatório de visita a nível nacional.

Ao refletirmos sobre a preservação do monumento no contexto histórico e sociocultural do edifício concordamos que foi no geral consensual o sucesso desta operação. O edifício foi recuperado, a operação estabelece ligação ao passado e de certa maneira com a população da região.

7. REFERÊNCIAS

AGUIAR, José, (2002) – Cor e Cidade Histórica, Porto, FAUP publicações

BARBOSA, José Álvaro, (2009) – Habitar o Património: O caso do Convento de Cristo, Lisboa, Universidade Católica de Lisboa

CHOAY, Françoise, (1992) - L'allegorie du Patrimoine. Paris. Seuil

MOREIRA, Carla, (2006) – O entendimento do Património no contexto local, Lousada, OPPIDUM – Revista de Arqueologia, História e Património, nº1

PINHEIRO, Nuno, (2001) - Cartas sobre o Património Lisboa, Universidade Lusíada de Lisboa, Faculdade de Arquitetura e Artes

SANTOS, Carlos Emanuel, (2008) – A Charola Templária de Tomar - Uma Construção Românica entre o Oriente e o Ocidente, Revista Medievalista, Lisboa, 4

SILVA, Jorge Henrique Pais da, (1992) – Páginas de História da Artes, 1, Artistas e Monumentos, 2ª Edição, Lisboa, Editorial Estampa

SOUSA, J. M. Cordeiro, (1919) - Obras no Convento, Anais da UAMOC, vol.I, Tomar, UAMOC

Istat.it (2012), Tomar Terra Templária, [Consultado em 7 de fevereiro de 2013]. Disponível em

<<http://www.ttt.ipt.pt/index.php?nivel=2&m=70>>

[Consultado em 15 de fevereiro de 2014]. Disponível em

<<http://www.conventocristo.pt/pt/index.php?s=noticias¬icia=124>>

<http://www.conventocristo.pt/pt/index.php?s=quemsomos&id=72>

http://home.fa.utl.pt/~lmmateus/inv_cons/VOLUME_1_web.pdf

http://www.rotadoromanico.com/SiteCollectionDocuments/Romanico_Mais%20Informacao/Revista%20OPPIDUM/O_entendimento_do_Patrim%C3%B3nio_no_contexto_local_pp.127-140.pdf

<http://terrasdeportugal.wikidot.com/convento-de-cristo>

http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/PATRIM_NIO_ARQUITECT_NICO__QUE_DESAFIOS_PARA_O_FUTURO.pdf

<http://www.museumachadocastro.pt/Data/Documents/Prevenir%20para%20preservar%20o%20patrimonio%20museol%C3%B3gico.pdf>

8. BIBLIOGRAFIA

ALBIERO, Roberta, (2007) – O tempo invertido ou o mito da origem, in *Jornal dos Arquitectos*. nº229. (Out./ Dez. 2007). Lisboa. 98-99.

ALMEIDA, F., “O Património Cultural no Planeamento e no Desenvolvimento do Território – Os Planos de Ordenamento de Parques Arqueológicos”, Porto, 2005.

APPLETON, João – «Recuperação Construtiva de Edifícios Conventuais: da Teoria à Prática», in *Conversas à Volta dos Conventos*, Évora, 2002

BARBOSA, A., “Habitar o Património: o Caso do Convento de Cristo”, *Máthesis* 18, 177-193, 2009.

BARBOSA, José Álvaro, (2009) – *Habitar o Património: O caso do Convento de Cristo*. Universidade Católica de Lisboa. Lisboa. 177-193, 2009

BARROCA, M., “A Ordem do Templo e a Arquitetura Militar Portuguesa do Século XII”, *Nova Sério*, Volumes XVII – XVIII, 1996/1997.

BARROS, Luís Aires – «As Grandes Questões do Património Cultural Construído», in *Cadernos SPPC*, Sociedade para a Preservação do Património Construído, n.º 2, Lisboa, 1996

BLANCO, Javier & ARROYO, Salvador Pérez – *Carta de Cracovia 2000*

Camara Municipal de Tomar (2008) - *Tomar: Cidade Templária*, Disponível em [www.cm-tomar.pt/pt/conteudos e consultado em 7 de Março de 2013]

COSTA, Everaldo Batista da (2012) – Património e território urbano em cartas patrimoniais do século XX, *Revista Finisterra*, XLVII, 93, 5-28

DIAS, S., “Intervenções de Reabilitação em Património Construído – Projeto de Beneficiação do Castelo de Alter do Chão”, 2008.

FRANÇA, José Augusto (1994) - *Tomar*, 1ª edição, Lisboa, Editorial Presença

FREIRE, J., “Notas de Investigação – Dísticos elegíacos sobre figuras alegóricas na Charola do Convento de Cristo em Tomar”, *Humanitas*, Universidade de Coimbra, Volume XLVIII, 1996.

GONÇALVES, L., “Património Histórico e Arqueológico: Exemplos de Intervenção em Évora, Sesimbra e Idanha-a-Nova (Portugal)”, Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2006.

HENRIQUES, Fernando – «Teoria da Conservação», in *A Conservação do Património Histórico Edificado*, LNEC, Memória n.º 775, Lisboa, 1991

LOPES, Flávio – «Carta de Atenas», in *Cartas e Convenções Internacionais*, IPPAR, Lisboa, 1996

MARREIROS, L., “A Conservação do Património Arquitetónico como Fator de Defesa do Ambiente”, *Conservação do Património Arquitetónico*, 2012.

PEREIRA, Paulo – «Acerca das Intervenções no Património Edificado. Alguma História», in *Intervenções no Património. Nova Política de 1995-2000*, IPPAR, Lisboa, 1997

PEREIRA, Paulo, (2009) - Convento de Cristo, Tomar. Londres, 2009

PROVIDÊNCIA, Pedro – «O desempenho dos revestimentos e acabamentos históricos na leitura do Património Monumental», in *Revista Estudos de Património*, n.º 9, IPPAR, Lisboa, 2006

ROSA, José Inácio da Costa, (1994) – Tomar: Urbanização da Ordem de Cristo, Instituto Politécnico de Tomar

SILVA, Henrique Gomes – «Monumentos Nacionais. Orientação Técnica a seguir no seu Restauro», in *Tese de Apresentação ao Primeiro Congresso da União Nacional. Boletim da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 1, DGEMN, Porto, 1935

SOROMENHO, Miguel & SILVA, Nuno Vassalo – «Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos. Da Idade Média ao século XVIII», in *Dar Futuro ao Passado*, IPPAR, Lisboa, 1993

VIEIRA, E., “Conservar o património construído. Critérios, metodologias e desafios profissionais”, I Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauro, 2012.

Pesquisa Online

<http://www.monumentos.pt>

<http://www.igespar.pt>

<http://www.conventocristo.pt>

<http://www.patrimonio.pt>

<http://whc.unesco.org>

<http://www.cmtomar.pt>